

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Departamento de Estudos Clássicos
Ano lectivo 2013/2014



**A Dinastia de Borgonha no *Philippus Prudens* de Juan Caramuel
Lobkowitz.
Introdução, tradução e notas**

João Miguel de Barcelos e Coles
Mestrado em Estudos Clássicos
Orientador: Prof. Doutor André Filipe Veloso Nunes Simões
2014

A Carlos, in memoriam

Às minhas avós:

A Alzira, minha “Dadá”.

A Lídia, a mais formosa flor de Vila Nova de S. Bento.

AGRADECIMENTOS

Este é o último espaço a preencher numa monografia. O último, mas de tão grande importância simbólica que é deslocado para os primeiros lugares, e com justiça, pois o trabalho de uma tese nunca é empreendido totalmente sozinho. Quero, por isso, dedicar neste espaço algumas palavras de gratidão e carinho aos que me ajudaram de diferentes maneiras a fazer chegar este trabalho a bom porto.

Ao professor André Simões quero agradecer a prestimosa orientação, a paciência, o ininterrupto apoio na redacção desta tese, o encorajamento e motivação dados para o projecto, a preciosíssima amizade, sobretudo, e os inestimáveis ensinamentos de latim. Foi um verdadeiro mestre para mim: aconselhou e canalizou, apaziguou e abrandou, como diria Agostinho da Silva; foi a “palavra que faz renascer o canto alegre do pastor depois da tempestade”. Tibi gratias plurimas!

A introdução ao mundo fecundo do século XVII português devo-a à professora Ana Tarrío, a quem agradeço do coração as aulas do seminário de Problemática e os vários desassossegos provocados que me fizeram desenvolver um grande interesse pela área, bem como as suas apaixonadas palavras de apelo a estes estudos. Ganhou um discípulo.

Uma breve palavra de agradecimento à professora Isabel Almeida pelas aulas revitalizadoras de Literatura Italiana do 1º semestre, em particular de Dante. Foram terapêuticas.

Por fim, à família e amigos: à minha mãe, o meu pilar, o obrigado de sempre: por tudo e ainda mais alguma coisa. O coração de uma mãe é de facto um poço profundo onde só existe amor, perdão e compreensão. Foi um ano de lições. Ao fim e ao cabo, andamos sempre de mãos dadas. Ao Victor, meu pai, pela presença que mais ninguém me poderia dar e pelo espírito brando, compreensivo e benévolo em alguns dos meus momentos de maior angústia. À Serena, minha paz, pela serenidade que me ajudou a manter contra as tempestades que ameaçavam. Pelo amor.

Aos amigos, injustamente descurados, mas que sempre estiveram presentes, os versos de Alexandre O'Neill: “[Amigo é] Um coração pronto a pulsar/ Na nossa mão.”

Ao Carlos, saudade: “morre jovem aquele que é amado pelos deuses”.

À Alzira e à Lídia, ainda mais saudades.

Index

Resumo.....	6
Abstract.....	7
Introdução.....	8
Biografia.....	8
Obra.....	19
Philippus Prudens e os direitos da coroa espanhola.....	21
A literatura política da Restauração: uma guerra de papéis.....	34
O livro genealógico de Caramuel.....	40
LIVRO I GENEALÓGICO.....	43
Conclusão.....	82

Resumo

Esta dissertação inicia com uma introdução que se desdobra em quatro tópicos: (i) uma biografia geral do autor estudado, sua vida e obra; (ii) contextualização da obra no seu tempo; (iii) revisão e descrição dos principais impressos literário-políticos que se insurgiram contra o *Philippus*, bem como as contra-respostas de Caramuel e (iv) um breve esclarecimento acerca do livro escolhido, seu conteúdo e tradução.

Segue-se ao estudo introdutório a tradução e respectivas notas, onde procuramos aclarar alguns aspectos do texto latino e algumas das opções tomadas na passagem para o vernáculo, da mesma maneira que procuramos expor as controvérsias factuais e cronológicas que se nos apresentaram.

Palavras-chave: Restauração, Caramuel, *Philippus Prudens*, humanismo, literatura latina.

Abstract

This dissertation begins with an introduction, which then unfolds into four different topics: (i) a general biography of Juan Caramuel, covering his life and work; (ii) contextualization of *Philippus Prudens* in the era it was written; (iii) a concise review and description of the main literary-political works that arose in opposition to *Philippus Prudens*, as well as the author's retaliatory counter-responses; (iv) a brief explanation of why Book I was chosen and translated for the purpose of this dissertation, and a synopsis of the book's content.

The introductory study is followed by a translation of Book I; this translation is accompanied by footnotes which aim to clarify some aspects of the Latin text and to explain some of the choices made when turning Latin into vernacular language. They also deal with factual and chronological problems which became apparent.

Key-words: Restoration, Caramuel, *Philippus Prudens*, humanism, latin literature.

Introdução

Biografia

Juan Caramuel Lobkowitz, filho do engenheiro Lorenzo Caramuel e de Catarina da Frísia, no actual Luxemburgo, nasceu a 23 de Maio de 1606, em Madrid. Segundo Frei Martín Sarmiento, terá morrido a 7 de Setembro de 1682 «quando se cantaban las Vísperas de la Natividad de Nuestra Señora»¹, em Vigevano.

Desde muito cedo dotado para as línguas e para a matemática, contribuíram, respectivamente, para a sua formação Juan Hefronita, arcebispo de Monte Líbano, e o seu próprio pai, Lorenzo Caramuel, de quem também recebeu conhecimentos de artilharia militar. Ainda muito novo é considerado um jovem prodígio – a vasta e diversa bibliografia do seu espólio, inclusive a não publicada, é prova cabal desta vaticinada prodigalidade² -, e começa antes dos dez anos as suas primeiras investigações linguísticas³. Destacou-se mais tarde em áreas como a Filosofia, a Astronomia, a Linguística, o Direito, a Música, a Teologia, a Política, a Matemática⁴, entre outras, abraçando o ideal enciclopédico humanista⁵.

Estuda em Madrid até 1616 para depois mudar-se para a Universidade de Alcalá, onde cursou Gramática, Retórica, Poética e Filosofia. É aqui que absorve uma sólida doutrina filosófica e humanística. Tornou-se cedo num apoiante da filosofia reformadora moderna, rejeitando o dogma orientador dos escolásticos «magister dixit»⁶, e adere à

1 Velarde Lombraña, em “Juan Caramuel y la Ciencia Moderna (Estudio de su obra hasta 1644)”, in *Actas del I Congreso de Teoría y Metodología de las Ciencias*, (1982), Oviedo, p. 503.

2 A tal propósito vide Velarde Lombraña, *Juan Caramuel. Vida y Obra*, (1989), Oviedo, pp. 381-415.

3 Acerca destas informações vide Velarde Lombraña, *idem*, *ibidem*.

4 Para a área de Filosofia, por exemplo, *Rationalis et realis philosophia*; Astronomia, *Nouem stellae circa Iouem...*; Linguística, *Grammatica audax*; Direito, *Philippus Prudens*, servindo-se da História, ou o *Motuum iuris*; Música, *Ut, Re, Mi, Fa, Sol, La, Bi, Noua Musica*; Teologia, *Tehologia moralis fundamentalis*; Política, de novo o *Philippus Prudens*, ou *Sacri Romani Imperii Pax [...] licita et ualida demonstrata*; Matemática, *Mathesis biceps*.

5 Velarde Lombraña, “Juan Caramuel en el panorama cultural europeo del siglo XVII” in *Cuadernos Salmantinos de Filosofía*, nº12, Salamanca, (1985), p. 208.

6 Sumariamente, esta máxima (“o mestre disse”), também conhecida por argumento de autoridade, baseia-se na validação de determinado argumento invocando uma autoridade consagrada que a corrobore, o que

teoria moderna da matematização de toda a ciência, formulada por Galileu no seu *Saggiatore*, uma vez que para Caramuel a experimentação está na Matemática, o grande axioma em questões de Filosofia Natural⁷.

Dos autores clássicos latinos, mencionados com frequência na sua obra, sente especial admiração por Cícero – não apenas pelo génio, mas também pelo estilo –, Marcial, Vergílio e Ovídio; tal como sucede com alguns autores gregos, dos quais se destacam entre outros Platão e Aristóteles⁸. Verifica-se, acerca deste último, um conhecimento aprofundado da sua filosofia e da sua escola, como disso são manifestas as constantes críticas de Caramuel à escola peripatética, mas nunca ao autor.⁹ Estudou também as obras de Raimundo Lúlio, por quem é notória uma grande admiração, tantas são as vezes que o cita nos seus trabalhos¹⁰. O lulismo fora no seu tempo uma alternativa à escolástica, um percurso do ideal enciclopédico e da unificação do saber, os ideais que serão os de Caramuel.¹¹

Depois de ter terminado a sua formação escolástica com distinção, apontando alguns dos problemas da lógica aristotélica na “*Lectio dialectica*”¹² da sua dissertação, envereda na vida eclesiástica pela Ordem de Cister no Mosteiro de la Santa Espina – na

muitas vezes terminava uma discussão, pela indiscutibilidade da palavra do mestre. Caramuel não admite este argumento.

7 Juan Velarde Lombraña, “La filosofía de Juan Caramuel”, in *El Basilisco*, 15, (1983), Oviedo, p. 10.

8 Seleccionando apenas algumas das principais obras de Caramuel podemos verificar facilmente nelas a presença de autores clássicos, seja meramente uma menção ou uma citação: em *Mathesis biceps* encontramos, por exemplo, Ovídio, p. 487, entre outras, Virgílio, p. 487; Homero, p. 519, Cícero, p. 71, Aristóteles, Heraclito e Plutarco na p. 540; *Architectura civil*, Cícero, Vitruvius e Horácio, tratado V, artigo IX, Séneca, tratado V, artigo XVII, Plutarco, tratado VIII, artigo I; *Philippus Prudens*, Plínio, o velho, p.3, Cícero, p.99, classificando-o como o exemplo máximo da língua latina, Lucano, p. 100; *Rationalis et realis philosophia*, Demócrito, p. 59, Séneca, p. 61, Pitágoras, p. 179, Zenão, Aristóteles, Sócrates, Platão e Pitágoras na p. 315; *Theologia moralis fundamentalis*, Cícero, p. 359, Platão, p. 42 e 43, Plínio o velho, p. 645, Ovídio, p. 44; *Respuesta al manifesto del reyno de Portugal*, Aristóteles, p.1, e Marcial no prólogo da edição de 1665.

9 Esta sua resistência à escola peripatética manifesta-se na primeira grande obra de Filosofia que Caramuel publica no ano 1642: *Rationalis et realis philosophia*. Não rejeita, como se disse, Aristóteles: «Admito uerba Aristotelis tamquam lucis, non tamquam ducis».

10 Vejam-se por exemplo *Mathesis biceps*, p. 971; *Apparatus philosophicus*, p. 104; *Theologia moralis fundamentalis*, p. 12 do “Catalogus”; *Theologia rationalis*, p. 362;

11 Velarde Lombraña, “La filosofía de Juan Caramuel”, in *El Basilisco*, 15, (1983), Oviedo, p. 31.

época integrado na diocese de Palência, hoje pertencente a Valladolid. Passado pouco tempo muda-se para Ourense, para o Mosteiro de Monte Rama, onde termina os seus estudos em Filosofia; posteriormente transfere-se para o Mosteiro de Santa Maria del Destierro, em Salamanca, onde completa a sua formação teológica. Durante a sua vida ocupou vários e importantes cargos eclesiásticos, como veremos adiante.

Em Valladolid, no Mosteiro de la Santa Espina, trava conhecimento com Frei Pedro de Ureña, cego de nascença, grande estudioso de Matemática, Astronomia e Música, que empreendeu em 1615 a reforma do canto gregoriano, que Caramuel mais tarde difundiu pela Europa¹³. Este frade ainda concebeu um método para medir a longitude, seguindo os movimentos lunares, mas não foi a tempo de os tornar públicos por se ter antecipado a morte. Terão sido estes os estudos de que se serviu Caramuel para mais tarde apresentar no Conselho das Índias um projecto para a resolução do problema do cálculo da longitude no mar, respondendo ao concurso internacional de 1598 convocado por Filipe II que visava premiar quem solucionasse esta questão¹⁴.

Uma vez completado o seu percurso pelas instituições académicas em Espanha, Caramuel regressa a Alcalá para se dedicar à actividade docente, leccionando teologia durante alguns anos nos colégios da sua Ordem ali, bem como em Palazuelos e ainda em Salamanca. Depois desta experiência pela carreira docente, começa o seu itinerário internacional, com passagens em cidades várias como Bruxelas, Viena, Praga, Antuérpia, Lovaina, Mogúncia, Colónia (onde conheceu Fabio Chigi, que viria a ser o papa Alexandre VII), Frankfurt, Campânia e Vigevano, entre outras. Visita igualmente Portugal antes da Restauração e aqui estudou matérias que se encontravam em desenvolvimento, entre as quais a matemática e as línguas orientais, como a língua chinesa, da qual aprendeu o sistema de escrita¹⁵.

12 Trata-se da sua “Lectio dialectica [...] ad primam Lauream in Philosophiam”, reproduzida em *Herculis logici labores tres* (1655), pp. 4-22.

13 Caramuel divulgou esta reforma pela Europa através do seu livro *Ut, Re, Mi, Fa, Sol, La, Bi, Noua Musica*, no ano 1645 em Viena.

14 Velarde Lombraña, “Juan Caramuel y la Ciencia Moderna (Estudio de su obra hasta 1644)”, in *Actas del I Congreso de Teoría y Metodología de las Ciencias*, (1982), Oviedo, p. 505.

15 Velarde Lombraña, idem, p. 530, nota 34, cita uma carta escrita por Caramuel em 1644, em *Mathesis biceps* (1670), I, p. 479, onde está escrito: “[...] ego selectam Sinensium Ortographiam, quam primum editurus sum, et in ea breuia aliqua curiosa tamen suarum facultatum systemata, prout ab amicis Lusitanis ante

Mas talvez o período que passou nos Países Baixos, importante centro cultural da época, tenha sido, se não o mais importante, um dos mais relevantes da sua vida, pois, além de assinalar o início e o desenvolvimento de parte considerável da sua obra – acima de 20 títulos, como o *Philippus Prudens* (1639), *Thanatosophia nempe mortis museum* (1637), *Theologia regularis* (1638), *Mathesis audax* (1642), *Rationalis et realis philosophia* (1642) -, assinala simultaneamente a sua entrada e afirmação na vida política e intelectual da época. Na sua chegada aos Países Baixos, recebido pelo abade Bernard Campmans, instala-se na abadia de Dunas (Bruges) e pouco depois ensina Teologia no colégio da abadia de Aulne, em Lovaina. É nesta cidade que recebe o grau de Doutor em Teologia no ano 1638; em 1632 assiste a aulas do jesuíta Inácio Der-Kennis¹⁶, teólogo, matemático e entusiasta do cartesianismo emergente, e crítico do jansenismo¹⁷, tal como, a propósito, era Juan Caramuel, que mais tarde viria a sofrer

rebellionem transmissa, et mea industria extricata”; em linguagem: “[...] a ortografia escolhida dos chineses que em primeiro lugar vou editar, e nela algumas breves curiosidades, não obstante os sistemas das suas características, tal como me foram transmitidas por amigos portugueses, e decifradas pelo meu zelo”.

Mais tarde, entre 1656 e 1657, conhece Martino Martini, grande sinólogo da época, com quem retoma o estudo da língua chinesa; estudos que mais tarde aproveitou para escrever uma gramática, *Grammatica linguae sinensis*, que nunca chegou a publicar. Esta gramática encontra-se no Archivio Storico Diocesano di Vigevano (vide Luisa M. Paternicò, “Martino Martini e Juan Caramuel y Lobkowitz: la grammatica linguae sinensis”, in *Studi Trentini di Scienze storiche* (Sez. I), 3, (2008), pp. 421-424). Jacopo Tadini (*Memorie della vita di monsignore Giovanni Caramuel Lobkowitz vescovo di Vigevano*, (1740), Veneza, pp. 104-105) fala desta gramática na biografia que dedicou a Caramuel e acrescenta ainda que escreveu um dicionário de chinês, um *thesaurus* e um manual de ortografia chinesa, dos quais se desconhece o paradeiro.

16 Escreve Caramuel em *Mathesis biceps*, II, p. 1146: “[...] Lovanii anno 1632 mihi P. Ignatius Derkennis S.I. Sacrae Theologiae Professor, et Matheseos peritissimus [...]”; em linguagem: “[...] em Lovaina, no ano 1632, foi meu professor de Teologia e de Matemática o peritíssimo Padre Inácio Der-Kennis S.J.[...]”.

17 A teoria do jansenismo conhece o seu nome e origem em Cornélio Jansénio (1585-1638), bispo de Ypres, que escreveu o polémico *Cornelii Jansenii, Episcopi Ypresensis, Augustinus, seu doctrina S. Augustini de humanae naturae sanitate, aegritudine, medicina, adversus Pelagianos et Massilienses*, vulgarmente conhecido por *Augustinus*, publicado no ano 1640 (Lovaina) em latim, dois anos depois da sua morte. Resumidamente, esta teoria abordava um problema deixado em aberto pelo Concílio de Trento, a liberdade humana e a graça de Deus. Tendo por base a teoria da predestinação e da graça divina de Santo Agostinho (uma interpretação radical), sustém que o pecado original manchou de tal maneira o livre-arbítrio humano que desde esse ponto que este não tem nem poder nem liberdade de resistir ao pecado ou de ter uma boa acção genuína; noutras palavras, só tem capacidade de fazer o bem se for auxiliado pela graça divina, de maneira que os predestinados e os condenados estão sujeitos à predeterminação. Uma das razões por que Caramuel critica o jansenismo baseia-se no ataque que esta doutrina dedica ao probabilismo, partindo do dogma da corrupção total do ser humano ocorrente do pecado original. Isto quer dizer que a razão não ofereceria qualquer ajuda na busca pela verdade; apenas a revelação da

uma dura marginalização à custa de confrontos com jansenistas; em 1635 participa na defesa de Lovaina, na qualidade de engenheiro e de chefe de obras, contra o ataque de franceses e holandeses, unidos por Richelieu, dirigindo os trabalhos de fortificação e organizando os estudantes e clérigos na união às tropas do Cardeal-Infante D. Fernando de Áustria na defesa da cidade. Como recompensa pelo papel desempenhado recebe do Cardeal-Infante o título de pregador real e é honrado com a sua amizade, que lhe viria a abrir portas no mundo político.

É ainda em Lovaina, no ano 1642, que Caramuel publica a sua primeira grande obra de Filosofia, *Rationalis et realis philosophia*, marcada pela sua posição contra a escola peripatética.

Em Antuérpia publica as suas duas principais obras em defesa dos interesses da Coroa espanhola em relação a Portugal: a que se dedica esta dissertação, o *Philippus Prudens* (1639), e três anos mais tarde a *Respuesta al Manifiesto del Reyno de Portugal* (1642)¹⁸. Caramuel exhibe o *Philippus Prudens* e menciona outros dois manuscritos por publicar em defesa dos interesses do rei de Espanha em Nápoles e Navarra¹⁹ num apelo ao Cardeal-Infante para que o apoiasse na sua candidatura à cátedra de Teologia na Universidade de Lovaina, impedida pelo Conselho de Estado, dirigido por futuros jansenistas, por a cátedra estar alegadamente reservada a religiosos seculares. Esta candidatura ocorreu em 1639; em 1638 morrera Jansénio, mas o seu polémico livro, o *Augustinus*, só sai na imprensa em 1640, e Caramuel foi um dos primeiros a criticar a fragilidade e a incongruência teológica desta obra e a denunciar o ataque aos jesuítas. No entanto, é em 1641 e 1642 que enfrenta os seus maiores problemas. Durante este período confronta publicamente os jansenistas numa feroz batalha de onde sai vencedor, e dá à imprensa uma série de teses anti-jansenistas defendidas em Lovaina que constam parcialmente da obra *De seuera argumentandi methodo* (1644), entre as quais destaca

vontade de Deus nas Sagradas Escrituras e na interpretação dos Santos Padres poderia mostrar o caminho para a verdade. Vide para leitura mais pormenorizada: Jacques Forget, “Jansenius and Jansenism” in *Catholic Encyclopedia*, (1913), volume 8; Cândido dos Santos, *O Jansenismo em Portugal*, (2007), pp. 5-9; Justo L. González, *Essential Theological Terms*, (2005), pp. 89-90, 113-114.

18 Sobre este texto e sobre o *Manifiesto do Reyno de Portugal* vide mais abaixo p. 36 e p. 34 respectivamente.

19 Vide Lombráña *op.cit.* p. 508 e p. 532, n. 74.

Lombrana²⁰: (i) *De Gratia et libero Arbitrio ad Mentem Melliflui Doctoris Decretis Tridentini Consilii confirmatam*; (ii) *De Gratia et libero arbitrio [...]*; (iii) *De Dei, angeli, et Rationalis Animi simplici essentia, immortalis natura, et libera voluntate, ad mentem Melliflui Doctoris*.

Caramuel, além disso, ainda preparava um livro contra Jansênio, o seu próprio “Augustinus”, sobre a graça divina e a liberdade humana, mas o Vaticano, na altura com Urbano VIII na cátedra de S. Pedro, simpatizante de Richelieu e contrário aos interesses espanhóis, mantinha uma política muito restrita a respeito de publicações acerca deste tema. Tendo morrido os seus mais influentes amigos, entre eles o Cardeal-Infante e o abade Campmans, Caramuel encontrava-se numa posição frágil, por isso atendeu à proibição e decidiu não se arriscar na publicação do livro. Devido a esta sua situação precária, aproveitando a bom tempo a sua nomeação como bispo coadjutor de Mogúncia, na Alemanha, Caramuel parte dos Países Baixos a 9 de Fevereiro de 1644.

Ainda durante a estada nos Países Baixos, Caramuel inicia em 1637 uma correspondência epistolar com Juan Marco Marci, médico, físico e naturalista de grande reputação na época de quem se tornou grande amigo. Homem de virtude e erudição, Caramuel gozou na sua época de uma grande fama e estima da parte dos seus contemporâneos; além de Marci, mantinha um comércio epistolar permanente com figuras como Pierre Gassendi, Antonio Schyrleus Rheita, Godefroy Wendelin, Fabio Chigi, Michael van Langren, Atanásio Kircher, entre outros.

Ao chegar a Mogúncia é obrigado a mudar novamente de residência por culpa da guerra entre franceses e espanhóis, que então batalhavam no Palatinado. Por esta razão, Caramuel não encontra uma morada fixa na Alemanha e é obrigado a peregrinar de cidade em cidade, tendo-se primeiro fixado em Kreutznach. Passa por Spira e, graças ao avanço dos franceses, refugia-se na fortaleza de Frankenthal, onde exerce mais uma vez as funções de engenheiro militar na defesa da cidade²¹, sem, no entanto, deter a actividade literária, escrevendo e ampliando o seu grande tratado *Theologia moralis fundamentalis* e mantendo o epistolário com Marci, Gassendi e Chigi.

²⁰ *Op.cit.*, p. 513.

²¹ Lombrana, “Caramuel en Alemania y Austria”, in *Azafra*, 1, (1985), Salamanca, pp. 133-137, transcreve uma carta de Caramuel intitulada “Defensa de Frankenthal” sobre a situação política e militar vivida na cidade.

No ano 1645, depois de uma situação instável na Alemanha, o paradigma muda para Caramuel: o imperador Fernando III, ao tomar conhecimento das multifacetadas virtudes de Caramuel e da sua perícia na arte da guerra como engenheiro militar, pede ao conde Martinitz que intervenha e o traga para a corte. Assim sucede, e em 1647 já se encontra em Praga para a assunção do cargo de abade de Montserrat, que por sua vez pressupunha simultaneamente o cargo de abade de Emaús.

Já como conselheiro imperial em 1647, Caramuel vê-se encarregado da negociação da paz da Guerra dos 30 Anos, em Vestfália. Os interesses do Imperador não coincidiam com os interesses da Igreja, de maneira que a tarefa por si só já era intrincada, mas agrava-se ainda mais por do outro lado se encontrar o núncio apostólico, o seu amigo Fabio Chigi. A tão desejada paz prendia-se por reivindicações de direitos de ambas as partes que ninguém queria ceder numa acesa disputa teológico-política. É por esta altura que o frade cisterciense faz sair na imprensa o *Sacri Romani Imperii pax [...] pia, licita et ualida demonstrata*. Caramuel toma, naturalmente, o partido do Imperador, e isso serve para distanciar os dois amigos. Esta problemática questão fez correr muita tinta, muitos opúsculos acerca dos direitos de cada lado: pelos interesses do Imperador respondia Caramuel, e pelos interesses do Vaticano respondia Henrique Wangnereck.

Só em 1649 se assina a paz, em Viena. Em 1650, Caramuel regressa a Praga, onde permanece até 1654. Este foi um dos períodos mais produtivos da sua obra em três principais matérias: Filosofia, Teologia e Gramática. Publicou obras como: *Apparatus philosophicus* (1651), *Grammatica Audax* (1651), *Theologia moralis fundamentalis* (1652), *Theologia rationalis* (1654) – que incluirá a *Grammatica Audax* e o *Praecursor logicus* -, *Metalogica* (1654) e, ainda, um opúsculo que não chegou às tintas da imprensa sobre o Alcorão intitulado *Expurgatio islamismi*, e outras obras de menor dimensão.

Em 1654, Caramuel foi alvo de muitas críticas da parte dos jansenistas que decidem lançar as suas farpas sobre as suas obras de Teologia, que recebem a qualificação de laxistas e probabilistas. Este assédio à obra de Caramuel leva-o a pedir a Roma uma audiência para se defender, que lhe é concedida. Surge depois um duro golpe em Fevereiro de 1655 quando o arcebispo de Malines, pressionado pelos jansenistas, emite um decreto proibindo a leitura das obras de Caramuel²². Mais uma vez pede ajuda

²² Leia-se esta parte da carta em Lombraña, “Caramuel en Alemania y Austria”, in *Azafea*, 1, (1985), Salamanca, p. 182.

a Roma e ao seu amigo Chigi, que de início não lhe presta apoio total dadas as suas aspirações ao papado. No entanto, em Abril do mesmo ano, depois de um longo conclave, foi eleito Chigi como Papa, com o nome Alexandre VII. Assumido o cargo, prestou o devido apoio a Caramuel. A consciencialização desta amizade pelos rivais serviu por si só para atenuar os ataques que o cercavam, ainda mais quando Chigi nomeou Caramuel como consultor da Congregação de Ritos e censor do Santo Ofício. Estas nomeações suspenderam durante um tempo as farpas contra as suas obras de Teologia.

Sai de Roma para a Boémia, em Junho de 1655, para assistir à coroação de Leopoldo I como rei da Hungria, e em Setembro regressa a Roma, onde permanece entre 1655 e 1657 com os encargos que as suas novas funções implicavam. Em 1656 discute ferozmente com a congregação da Fábrica de S. Pedro, apontando graves erros sobre a ideia de Bernini para a construção da Praça de São Pedro – Caramuel escreveria sobre o assunto vinte e dois anos mais tarde no seu tratado *Architectura civil recta y obliqua*²³ (1678), já publicada em Vigevano, onde exporá um seu outro projecto²⁴ -, uma afronta contra a autoridade do Papa, antagonismo que lhe valerá algumas repercussões, dos Dominicanos e da Ordem das Carmelitas Descalças, que aliado a discordâncias de ordem religiosa de Caramuel com a ortodoxia papal valeu-lhe um quase desterro, segundo Carlos Buján²⁵, culminando com a sua partida para o bispado de Campânia e Satriano no reino de Nápoles em 1657. Segundo Pietro Bellazzi, Caramuel obtém uma promoção ao dito bispado²⁶; Luisa Paternicò fala em “sogno dell'episcopato”²⁷; nenhum deles menciona uma compensação, como Buján. Velarde Lombraña, em contrapartida, escreve que os problemas com o Vaticano, entre outras coisas, “hicieron que las

23 As críticas de Caramuel ao projecto do Templo e Praça de S. Pedro podem ler-se em *Architectura civil recta y obliqua*, tratado VIII, secções VIII-X.

24 Paternicò, *op.cit.* p. 412. De facto, Caramuel, além de criticar, apresenta algumas sugestões, ou correcções, para a praça em algumas estampas do *Architectura civil*: XXIV e XXV do tomo III, parte IV. Estão as respectivas descrições das estampas situadas no tratado IX, artículo IV, pp. 107-108.

25 Buján, *op.cit.* p. 51.

26 Pietro Bellazzi, “Por Don Juan Caramuel”, in *Raccolte del Covile: Omaggio a Juan Caramuel y Lobkowitz*, (2011), Florença, p. 14.;

27 Luisa M. Paternicò, “Martino Martini e Juan Caramuel y Lobkowitz: la grammatica linguae sinensis”, in *Studi Trentini di Scienze storiche* (Sez. I), 3, (2008), p. 412.;

aspiraciones de éste [Caramuel] quedasen reducidas a la concesión de un obispado perdido entre las montañas del reino de Nápoles, lo cual era, en realidad más un destierro que una recompensa,...”, mas de imediato coloca a dúvida ao citar um dos documentos pessoais de Caramuel no Archivio Capitolare di Vigevano: “...si bien, escribe el mismo Caramuel, su Santidad Alejandro VII «para mostrar su buen affecto le embió tres Obispados para que eligiese el que tuviesse por mejor. Eligió entonces el de Campaña»”²⁸.

Uma vez no reino de Nápoles, frequenta a Accademia degli Investiganti, uma das mais prestigiadas em Itália naquele tempo, onde trabalhavam os mais capazes estudiosos da região, seguidores da Filosofia Natural para deleite de Caramuel. Chegando a Campânia decide dedicar-se à actividade pedagógica e instruir os jovens na fé e na gramática. Retoma, assim, os seus estudos. Compôs numerosos trabalhos sobre Lógica, Métrica, Rítmica, sobretudo Gramática, e, dada a falta de recursos da região, aprontou uma tipografia onde publicou alguns dos seus escritos, entre os mais importantes os dois tomos de *Primus Calamus*, sobre rítmica e metamétrica, e o já citado *Mathesis Biceps*. Esta última reunia a matemática do século XVII, as fontes e quaisquer questões matemáticas conhecidas até àquela data²⁹, e graças a ela está Caramuel de novo nas bocas do mundo³⁰. Em 1667 morre Alexandre VII, o seu amigo Fabio Chigi. Sucedem-lhe Clemente IX e X.

Depois de um processo que durou quatro anos, depois de pedidos e súplicas para partir do reino de Nápoles, no ano de 1673 obtém uma inesperada graça de Carlos II e é nomeado bispo da diocese de Vigevano, onde permaneceu durante nove anos, até à sua morte. Tinha, por fim, paz e condições para trabalhar e publicar o seu trabalho. A sua vida e actividade em Vigevano foram muito intensas: Caramuel não deixou de aprofundar os seus estudos, reelaborar e ampliar os seus escritos e compor novos; dedicou-se à oração, à actividade pastoral - criou a Congregação e as Escolas da Doutrina Cristã em 1674 -, à instrução religiosa e laica do clero e do povo e à reforma do *campus* episcopal, remodelando o palácio e a praça e concebendo o desenho da

28 Velarde Lombrana, *Juan Caramuel: vida y obra*, (1989), Oviedo, p. 272.

29 Velarde Lombrana, *idem*, p. 326.

30 De acordo com Velarde Lombrana, *idem*, p. 326, nota 130, o *Giornale dei Letterati* publicou duas recensões desta obra; Leibniz, por exemplo, cita a *Mathesis* de Caramuel em *Opera Omnia*.

fachada da catedral. Publicou em Vigevano obras como: *Achitectura civil recta y obliqua* (1678), *Trimegistus theologicus* (1679), *Moralis seu politica logica* (1680), *Critica philosophica* (1681), *Leptotatos latine subtilissimus* (1681), a última publicada, a 3ª e 4ª edições de *Theologia moralis fundamentalis* entre 1675 e 1676, entre outras.

Em 1680 Caramuel fica cego de um olho, e no ano seguinte perde a vista por completo, sem, todavia, renunciar ao estudo e ao trabalho intelectual, ditando os seus pensamentos a copistas. Por fim, em 1682 é atacado por uma febre que se prova fatal para a sua saúde e morre a 2 de Setembro quando na catedral se cantavam as Vésperas. Foi sepultado com toda a solenidade numa capela da catedral de Vigevano, onde descansa. Mereceu por todos os seus trabalhos e feitos que lhe erguessem um busto de mármore e que sobre a laje esculpisse a inscrição: *Magnus Caramuel Episcopus Vigneuani*. Tal era o seu renome no século XVII que, chegada a notícia da sua morte, se realizaram em muitas universidades europeias as cerimónias fúnebres em honra deste polímata espanhol; o mesmo aconteceu na catedral de Viena, com a presença do imperador Leopoldo I. De entre os vários elogios tributados, teria sido inscrito num quadro colocado na porta exterior da catedral de Viena “Ante cadet mundus quam surgat Caramuel secundus”³¹. E assim conhece o término uma vida tão fecunda como foi a de Juan Caramuel.

Nas palavras de Menéndez Pelayo, Juan Caramuel era “el más erudito y fecundo de los polígrafos del siglo XVII”, um “polígrafo incansable y de gran originalidad en las ciencias filosóficas, pero de espíritu tan errático y vagabundo, tan dado a especulaciones y tan desmedidamente ingenioso y sutil, que sólo com su contemporáneo el P. Kircher podemos compararle”³²; duas frases que sintetizam a fama de que gozava Caramuel no século XVII, bem como delas se deduz a inimizade que contra ele se insurgiu, principalmente por parte dos jansenistas³³. Era, não obstante, respeitado pelos seus

31 Tadisi, *op.cit.* p. 136.

32 Menéndez Pelayo citado por Lorenzo Velázquez Campo em “Estudio preliminar” in Juan Caramuel *Gramática Audaz*, (2001), Pamplona, p. XIII.

33 Tadisi, *op.cit.* p. 195, dá uma breve lista dos que se pronunciaram contra Caramuel. Cataloga-os como “anticaramueli”. Esquece-se, no entanto, de Boonen.

adversários, tal como podemos ler no *Anti-Caramuel* de Erdman³⁴: “Caramuel tem engenho como oito, eloquência como cinco, juízo como dois”³⁵.

Dada a estima e a autoridade que tinha no seu tempo, e a variedade da sua obra, manteve correspondência com grandes vultos da época das diferentes áreas do saber. Em “*Omnium Operum Caramuelis Catalogus*”³⁶ divide a sua obra em nove categorias: (i) *Liberalis*, (ii) *Mathematicus*, (iii) *Musicus*, (iv) *Chirosophicus*, (v) *Philosophicus*, (vi) *Theologicus*, (vii) *Moralis Philosophicus*, (viii) *Moralis Theologicus*, (ix) *Scriptuarius*; em *Mathesis biceps*, “*Opera Omnia*”, podemos encontrar uma lista ampliada dos seus vários trabalhos até 1670. Estima-se que o número de obras impressas possa chegar aos 80 publicados³⁷.

Este saber enciclopédico de Caramuel, próprio de um sábio do século XVII como Galileu, Kircher ou Leibniz, justifica-se com os ideais culturais daquele tempo de que tudo estava relacionado, numa busca incessante por uma unidade sistemática³⁸; estavam convencidos de que todas as unidades do saber estavam interligadas e inter-relacionadas, e o aprofundamento de uma significava a abertura de outra, de maneira que todas as matérias eram imprescindíveis para o alcance do saber total e único.

Consagra-se Caramuel como um douto e influente intelectual humanista, um verdadeiro grande entre os muitos do seu tempo, com uma obra muito complexa e vária impossível de aprofundar aqui ou de expor nesta breve nota biográfica. Tal como

34 Trata-se de *Anti-Caramuel, siue examen et refutatio disputationis theologico-politicae quam de potestate imperatoris circa bona ecclesiastica proposuit Ioannes Caramuel Lobkowitz* (1648), assinado com o pseudónimo de Humanus Erdman (Buján, *op.cit.*, 27, n. 44, atribui este pseudónimo a Adam Adami, monge alemão beneditino), uma refutação, como assinala o título, da disputa teológico-política defendida por Caramuel acerca do poder do Imperador sobre os bens da Igreja. A resposta de Caramuel a este opúsculo, por razões que desconhecemos, nunca chegou a ser publicada.

35 *Anti-Caramuel*, p. 16. Em latim: “[Caramuel] habet ingenium quidem ut octo, eloquentiam, ut quinque, iudicium ut duo”

36 Este catálogo faz parte da *Theologia moralis fundamentalis* que publicou em 1652. Encontra-se anexada no final da obra, pp. 3-27.

37 María I. Rodríguez Moya, “Caramuel, Felipe IV y Portugal: genealogía e imagen dinástica en el contexto de la pérdida del Reino”, in *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano*, Ouro Preto, (2006), p. 555; Velarde Lombraña, *Juan Caramuel. Vida y obra*, p. 378, n. 187; Tadisi, *op.cit.* p. 193, dá uma soma total de 82 livros impressos.

38 Lombraña, “La filosofía de Juan Caramuel”, in *El Basilisco*, 15, (1983), Oviedo, p. 41.

escreveu Feijoo em um dos seus discursos; “si Dios dejase perecer las Ciencias todas en todas las Universidades del mundo, como Caramuel se conservase, él sólo bastaría para restablecerlas en el ser que hoy tienen”³⁹.

Obra

Dada a vastidão da obra de Juan Caramuel citar-se-ão apenas alguns dos seus trabalhos, publicados e não publicados de matérias várias⁴⁰:

- *Psalterio en que un gran Príncipe Lusitano[...] confiesa a Dios sus culpas...*, Bruxelas, 1635
- *Steganographiae [...] genuina, facilis, dilucidaque declaratio*, Colónia, 1635
- *Declaración mística de las Armas de España*, Bruxelas, 1636
- *Thanatosophia nempe mortis museum...*, Bruxelas, 1637
- *Motuum iuris...*, Antuérpia, 1638
- *Theologia regularis...*, Bruges, 1638
- *Philippus Prudens...*, Antuérpia, 1639
- *Coelestes metamorphoses [...] in alias formas transfiguratae*, Bruxelas, 1639
- *Respuesta al manifiesto del Reyno de Portugal*, Antuérpia, 1642
- *Mathesis audax...*, Lovaina, 1642
- *Rationalis et realis philosophia*, Lovaina, 1642
- *De seuera argumentandi methodo*, Douai, 1643

39 Benito Jerónimo Feijoo, *Teatro crítico universal*, (1730), tomo IV, discurso 14, consultado em <http://www.filosofia.org/bjf/bjft414.htm>.

40 Esta lista bibliográfica apoia-se sobretudo no “Omnium Operum Caramuelis Catalogus”, in *Theologia moralis fundamentalis* (1652), em Tadisi, *op.cit.* 192-193, na lista em “Omnia Opera” in *Mathesis biceps*, no catálogo do tomo I de *Achitectura civil recta y obliqua*, em Herbet Jaumann, *Handbuch Gelehrtenkultur der Frühen Neuzeit: Bio-bibliographisches Repertorium*, (2004), Berlim, pp. 164-165, na lista em Velarde Lombraña, “Juan Caramuel y la Ciencia Moderna (Estudio de su obra hasta 1644)”, in *Actas del I Congreso de Teoría y Metodología de las Ciencias*, (1982), Oviedo, pp. 543-546 – catálogos disponíveis online – e no livro de Velarde Lombraña, *Juan Caramuel: vida y obra*, (1989), Oviedo, pp. 381-388; até à p. 415 estão listados os manuscritos conservados no Arquivo Capitular de Vigevano.

- *Nouem stellae circa Iouem, circa Saturnuem sex, circa Martem nonnulae...*, Lovaina, 1643
- *Perpendicularum inconstantia ab Alexandro Calignono Nobili Delphinate excogitata...*, 1643
- *Excelentissima Domus de Mello...*, Lovaina, 1643
- *Solis et artis adulteria...*, Lovaina, 1644
- *Ut, Re, Mi, Fa, Sol, La, Bi, Noua Musica*, Viena, 1645
- *Sacri Romani Imperii pax [...] pia, licita et ualida demonstrata...*, Frankfurt, 1647 (in *Mathesis biceps*); 1648 (in Jaumann)
- *Grammatica audax...*, Frankfurt, 1651
- *Grammatica de Pseudo-Arabico Idiomate*, Frankfurt, 1651, Colónia 1665
- *Theologia moralis fundamentalis...*, Frankfurt, 1652
- *Theologia rationalis [...] Pars Prior. Praecursos Logicus completens Grammaticam audacem [...] Pars altera, Hercules Logici Labores tres...*, Frankfurt, 1654
- *Expurgatio islamismi*, 1654
- *Metalogica...*, Frankfurt, 1654
- *Cabalae Theologicae excidium...*, Roma, 1656
- *Apparatus Philosophicus...*, Frankfurt, 1657
- *Grammatica Linguae Latinae*, Roma, 1663⁴¹
- *Primus Calamus ob oculos ponens Metametricam...*, Roma, 1663
- *Syntagma de arte typographica*, Lyon, 1664
- *Primus Calamus, tomus II, ob oculos exhibens Rhythmicam...*, Roma, 1665
- *Arte nueva de música inventada año DC por S. Gregorio...*, Campânia, 1669
- *Mathesis biceps...*, Campânia, 1670

41 Jaumann, *op.cit.*, e Velarde Lombraña, *Juan Caramuel: vida y obra*, listam a gramática e situam-na em Roma, no ano 1663; porém, no “Omnium Operum Caramuelis Catalogus”, em *Theologia moralis fundamentalis*, publicado em 1652, já consta uma gramática latina. Tudo indica que a gramática listada por Caramuel em 1652 seja a *Grammatica latinae cursus*, não publicada e conservada no Arquivo Capítular de Vigevano, tal como acontece com a *Grammatica Hispanica*, listada em “Omnium Operum...” mas conservada no Arquivo. Terá sido por meio deste *cursus* que Caramuel ensinou, mais tarde, latim em Campânia aos jovens (Velarde Lombraña, p. 294)

- *Haplotes de restrictionibus mentalibus...*, Lyon, 1672
- *Dialexis de non-certidunie humanam libertatem...*, Lyon, 1675
- *Phosphorus Philosophicus...*, Vigevano, 1677
- *Architectura civil recta y obliqua...*, Vigevano, 1678
- *Trimegistus theologicus latine ter-maximus...*, Vigevano, 1679
- *Moralis seu politica logica...*, Vigevano, 1680
- *Critica philosophica artium scholasticarum cursum exhibens...*, Vigevano, 1681
- *Leptotatos latine subtilissimus...*, Vigevano, 1681
- *Architectura natural...*, Vigevano, 1682 (segundo Tadisi, Velarde Lombraña e Jaumann)
- *Physico-Ethicon...*, Vigevano, 1682 (segundo Tadisi, Velarde Lombraña e Jaumann)

Philippus Prudens e os direitos da coroa espanhola

É em 1639 que Juan Caramuel publica a obra mais relevante para a História de Portugal, o seu *Philippus Prudens Caroli V Imperatoris Filius, Lusitaniae Algarbiae, Indiae, Brasiliae legitimus rex demonstratus*. Nesse ano tinham já começado as actividades conspiratórias que redundariam na Restauração; além disso, já desde 1628 que se insurgiam motins populares dispersos em Portugal, com relevo para o de 1637, as Alterações de Évora⁴², que tinham incendiado os ânimos de todo o sul do reino e partes do interior, centro e norte. A situação económica em Portugal piorara: o império encontrava-se numa séria crise devido às invasões súbitas e vitoriosas dos holandeses e dos ingleses, o tráfico português entre Lisboa e a Índia havia reduzido para 1/3 desde 1580, a declinação sucessiva da Rota do Cabo e mesmo o tráfico com as colónias devido aos ininterruptos ataques estrangeiros. Como se não bastasse, desde 1620 que a Espanha ia sofrendo com o decréscimo do tráfico de prata, o que provocava sérios agravamentos na economia do país, e a influência política na Catalunha enfraquecendo

⁴² As Alterações de Évora, 1637, foram uma série de revoltas contra o aumento de impostos decretado por Filipe IV. Começaram em Évora, mas rapidamente se espalharam para todo o sul de Portugal. É também chamada "A Revolta do Manuelinho", porque os manifestos da revolta eram assinados por um dito Manuelinho, que era um conhecido idiota da cidade, um pseudónimo colectivo que servia como técnica de anonimato. Vide Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, (2009), Lisboa, pp. 297-298.

a cada ano numa iminente promessa de rebentar uma revolta, como viria a acontecer em Junho de 1640. Além disso, entre os anos 20 e 30, como resistência à penetração portuguesa nos seus territórios americanos, os portugueses foram perseguidos pelos colonos espanhóis e pela Inquisição, o que contribuiu para aumentar a animosidade sentida entre os dois países, como é disso amostra os vários motins que insurgiram nesta altura. Não é, pois, de estranhar que Caramuel sentisse a necessidade de demonstrar a legitimidade de Filipe II e dos seus sucessores⁴³.

Nesta obra, sumariamente, Caramuel procura demonstrar unicamente⁴⁴ a legitimidade de Filipe II como rei de Portugal e dos Algarves, em 1580, e não como um usurpador, conforme acusa de o ser D. Afonso Henriques. Ao longo de mais de 400 páginas procura comprovar o direito de Filipe II ao trono nos mais variados termos, não se restringido apenas à argumentação referente ao melhor direito e à melhor linha sucessória em relação a D. Manuel I - que considera secundária -, mas sobretudo na premissa da detenção de Portugal enquanto herança dos reis de Leão, e portanto também de Castela, visto que os dois reinos há muito estavam unidos, que Caramuel assenta o principal axioma da sua dissertação. Justifica que a sua intervenção em 1580 se deve à recuperação de um reino que lhe era devido, bem como aos seus antepassados, depois da aclamação que considera um acto de rebelião de D. Afonso Henriques contra o rei de Leão. Desta maneira, ainda que Filipe II não tivesse direito ao trono enquanto sucessor legítimo de D. Henrique, teria direito à posse do reino enquanto herdeiro de Leão, segundo Caramuel, cujos reis eram legítimos herdeiros de um trono que lhes havia sido arrebatado⁴⁵. E porquê? Em primeiro lugar, porque D. Afonso Henriques é ilegítimo; em segundo lugar, porque Inês de Castro e D. Pedro I teriam casado de facto, e os seus filhos eram herdeiros (e havia descendência, como Caramuel verifica: o próprio

43 Temia, pois, Caramuel uma insurreição do povo português, motivo pelo qual escreve o *Philippus Prudens* tal como justifica na dedicatória a Francisco de Melo na *Respuesta al Manifiesto del Reyno de Portugal*: “Viendo las cosas de Portugal menos seguras de lo que eran raçon [...] empecé a temer algun desorden: y pesame, que la experiencia nos enseñe, que mis temores no nacieron de pusilanimidad, sino de providencia. Publiqué un Tomo, que intitulé *Philippus Prudens*...”.

44 “Hoc unum ambio, hoc me adsecuturum esse spero”, “Esta é a única coisa que procuro, espero consegui-la”, a última frase na dedicatória a Filipe IV, in *Philippus Prudens*,

45 Sobre o assunto vide André Simões, “Leão e o Dragão no Imaginário da Restauração” in Paulo F. Alberto, Rodrigo Furtado (coord), *Quando Portugal era Reino de Leão*, (2011), Lisboa-León, p. 245.

Fernando, o Católico descenderia desta união); no entanto, mesmo que não se tivessem casado, e sendo os seus filhos ilegítimos, então nesse caso o trono teria de ir, em 1383, para a filha de D. Fernando I, D. Beatriz, casada com D. João I de Castela. *Ergo*, o Mestre de Avis é duplamente ilegítimo: porque é filho bastardo e porque usurpa um trono que não lhe pertence. É através desta linha de raciocínio que Caramuel compõe a sua principal argumentação.

A partir do seu argumento principal, Caramuel demonstra a inevitabilidade da sucessão de Filipe II como legítimo detentor do reino de Portugal. A leitura do título de cada um dos livros que dividem a obra denunciam o seu intento⁴⁶:

Livro I - *Genealogicus: originem, res gestas, successionem Regum Lusitaniae ex monumentis fidelissimis recenset.*

Livro II - *Demonstrat Alfonsum VI, Thareiae Henrici Comitis uxoris patrem, ipsiusque posteros Legionensium Reges usque ad Austriacum Philippum IV, Hispaniae Regem, fuisse legitimos Monarchas Lusitaniae.*

Livro III - *Supponit Afonsum Henriquez et ipsius successores usque ad Ferrandum I inclusive, fuisse veros Lusitanorum Reges. Item Agnetem de Castro legitime nupsisse Petro I Portugalliae Regi: inde demonstrat ad Agnetis Reginae posteros, Castellae Reges, pertinere coronam Lusitaniae.*

Livro IV - *Ex hypothesi quod D. Agnes de Castro fuerit Infantis Petri pellex, non uxor, demonstrat, nec Ioannem I, Magistrum Avisensium, nec ipsius posteros fuisse legitimos Monarchas Portugalliae: illudque Regnum recuperationis iure ad Reges Castellae pertinere.*

46 I. Examina a origem, ao feitos, e a sucessão dos reis de Portugal a partir de documentos de grande confiança; II. Demonstra-se que Afonso VI, pai de D. Teresa, mulher do conde D. Henrique, e os reis de Leão seus sucessores até Filipe IV, rei de Espanha, foram legítimos reis de Portugal; III. Supõe-se que D. Afonso Henriques e os seus sucessores, inclusive D. Fernando, foram os verdadeiros reis de Portugal, e que Inês de Castro teria casado com D. Pedro I, e daí se demonstra que a coroa de Portugal pertenceria aos descendentes da rainha Inês, dos reis de Castela; IV. A partir da hipótese que D. Inês fosse barregã, e não mulher, de D. Pedro, demonstra-se que nem D. João I, Mestre de Avis, nem os próprios descendentes foram legítimos reis de Portugal, e que assim pertence, por direito de recuperação, aos reis de Castela; V. Supõe-se que todos os reis de Portugal, desde D. Afonso Henrique até ao cardeal D. Henrique, foram legítimos e verdadeiros reis de Portugal, e demonstra-se que, apesar disso, o reino pertence aos Reis Católicos de Espanha por direito hereditário.

Livro V - Supponit, omnes Lusitaniae Reges ab Afonso Henriquez usque ad Henricum I, fuisse legitimos ac veros Portugallensium Reges: demonstrat nihilominus, hoc Regnum, ad Catholicum Hispaniarum Monarcham hereditario iure pertinere.

Ao contrário das habituais matérias versadas no espólio de Caramuel, principalmente teológicas e filosóficas, esta e outras obras como a *Sacri Imperii Romanii pax [...] licita demonstrata* e a *Declaración mystica de las armas de España* (1636) ocupam-se de conteúdos históricos e políticos – outra prova da sua vasta erudição. A última trata-se de uma apologia mística e simbólica das armas da monarquia espanhola na qual Caramuel analisa em detalhe o significado de cada um dos emblemas dos reinos que compõem a monarquia, numa tentativa de legitimar os direitos da coroa sobre os seus territórios através de um rasgado elogio a Espanha como nação inexpugnável escolhida por Deus para defender o catolicismo, escondendo, cômico da realidade política hispânica, a debilidade do reino por meio de artifícios⁴⁷. Bem informado acerca da política europeia, portuguesa e catalã e do seu mal-estar, o receio de uma desfragmentação torna-se numa realidade iminente e por isso publica o *Philippus*.

No último parágrafo da sexta página do “Praeludium ad lectorem” Caramuel expõe a finalidade desta sua obra: provar mediante a autoridade de documentos infalíveis, documentos de conhecimento público, históricos, e de historiadores para resolver o litígio jurídico da sucessão e demonstrar a usurpação do trono por D. João IV⁴⁸. Podemos verificar este “rigor científico” do autor logo no livro primeiro, na biografia do conde D. Henrique, ao invocar mais do que uma mão cheia de autoridades assentes em documentos autênticos para o traçar do seu quadro genealógico⁴⁹. Boa parte

47 Víctor Minguéz, “Juan Caramuel y su *Declaración Mystica*” in *Archivo Español De Arte*, (2007), LXXX, 320, pp. 395-400.

48 Caramuel formula um grau de autoridade de provas históricas no prelúdio: “Talia sunt Maioratum institutiones, donationes, ultima uoluntates, priuilegia, condemnationes, inscriptiones, lapidum, et epitaphia. Secunda auctoritatis illi Scriptores sunt, qui Historias sui temporis publicauerunt. Auctoritatis infima illi, qui antiqua referunt, non tamen probant”. Em suma, prioridade máxima para instituições, doações, últimas vontades, privilégios, condenações, inscrições e epitáfios; autoridade secundária para historiadores que escreveram sobre o seu tempo; e autoridade menor para os que referem eventos antigos sem os provar.

49 *Philippus Prudens*, livro I, p. 15.

da documentação sobre os direitos de Espanha usada para apoiar a sua tese tê-la-á obtido do filho de D. António de Portugal, prior de Crato, D. Manuel de Portugal, com quem mantinha uma amizade próxima⁵⁰. Esta obra é, de facto, particular até no seu *modus operandi*, pois ao contrário do que acontece em outras obras de autores coevos, Caramuel não recorre à Filosofia, ou à literatura antiga, ou às Escrituras, ou à Teologia, mas a documentos autênticos na busca de provas que sirvam a sua argumentação, sem se limitar a repetir os argumentos utilizados em 1580 por teólogos e juristas para justificar o golpe de estado de Filipe II, nem se serve apenas dos autores declaradamente partidários dos Reis Católicos⁵¹. Era prática comum na época recorrer às Escrituras para provar a legitimidade de um ou outro rei. Tomemos como exemplo João Salgado de Araújo no seu *Marte português*⁵² quando se estende sobre as origens de Castela:

[...] los Castellanos en quanto el origen que traen de Chanaan nascieron para Vasallos de Portugal, y no al reués.⁵³

Era comum na época declarar os portugueses como descendentes de Jafet. Em contrapartida, os castelhanos autoproclamavam-se descendentes de Fenícios. Araújo aponta para a Escritura e recorda que os Fenícios descendem de Canaã. No *Génesis* lê-se que Noé condena a prole de Canaã a ser escrava dos filhos de Sem e Jafet. Por conseguinte, Castela deveria estar sujeita a Portugal.

No “Sermão dos Bons Anos” (SBA), em 1641, o padre António Vieira baseia-se nas profecias de São Frei Gil para anunciar a chegada do Quinto Império e conceber novas expectativas sebastianistas sobre a vinda de um rei inesperado para salvar Portugal. Na parte II do sermão, Vieira começa por construir toda uma peripécia em torno de passagens da Sagrada Escritura ao citar as palavras de Jesus Cristo escritas em Jo., 13, 19: «Dico vobis antequam fiat, ut cum factum fuerit, credatis quia ego sum»; já

⁵⁰ Tal como podemos verificar nas páginas 2 e 3 da “Occasio scribendi” do *Philippus*.

⁵¹ Anne-Marie Barrande-Azam, “«Haec quo magis publica, eo magis sunt infallibilia»: la validité des preuves historiques dans le *Philippus Prudens* et la *Pax licita* de Caramuel” in Petr Dvořák e Jacob Schmutz (coord.), *Juan Caramuel Lobkowitz : The Last Scholastic Polymath*, (2008), Praga, pp. 185-188.

⁵² *Marte português contra Emulaciones Castellana, o Justificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla*, (1642).

⁵³ Araújo, *Marte português...*, p. 74

antes citara Lu., 2, 21 na abertura do sermão: «Postquam consummati sunt dies octo, ut circumcideretur puer, vocatum est nomen ejus Jesus, quod vocatum est ab angelo, priusquam in utero conciperetur quod vocatum est ab angelo, priusquam in utero conciperetur». Esta referência ao evangelho de S. Lucas à nomeação do menino, como anunciara o anjo, oito dias depois da circuncisão, e a referência ao filho que Sara, estéril, de noventa anos tivera são usadas por Vieira para antecipar o que se há-de dizer mais à frente no sermão: que a profecia do Encoberto se cumprirá a devido tempo e que, fazendo uso das palavras acima do evangelho de S. João, a fé dos crentes se fortalecerá ainda mais quando esta se concretizar. As profecias anunciavam um rei que viria libertar Portugal:

[...] São Frei Gil, religioso da sagrada Ordem de São Domingos, naquelas suas tão celebradas profecias, diz desta maneira: Lusitania sanguine orbata regio diu ingemiscet: «A Lusitânia, o reino de Portugal, morrendo seu último rei sem filho herdeiro, gemerá e suspirará por muito tempo.» Sed propitius tibi Deus: «Mas lembrar-se-á Deus de vós, ó pátria minha» - diz o Santo: Et insperate ab insperato redimeris: «e sereis remida não esperadamente por um rei não esperado». (SBA, III)⁵⁴

Daqui se retira que Vieira pretende afastar a ideia messiânica de D. Sebastião ser o libertador de Portugal, porque D. Sebastião é o rei por que todos esperam e as profecias anunciam um rei não esperado. Declara por fim D. João IV como o verdadeiro libertador, o prometido inesperado:

[...] Rei, não por ambição de reinar; senão por compaixão de libertar. Rei verdadeiramente imitador do Rei dos reis, que, sobre todos os títulos da sua grandeza, estimou mais o nome de libertador e Salvador (SBA, VI)⁵⁵

Para fechar novamente com Luc. 2, 21: «Vocatus est nomen eius Iesus», como se se tratasse da anúncio do rei salvador de Portugal. Outro exemplo do que temos vindo falando, sempre em Vieira, é a carta dirigida ao padre André Fernandes em 1659,

⁵⁴ Consultado em Maria das Graças Moreira de Sá (sel.), *Sermões escolhidos. Padre António Vieira.*, Ulisseia, pp. 115-116.

⁵⁵ Idem, p. 127.

na qual, baseado e apoiando-se muito nas trovas do Bandarra, quem declara ser um “verdadeiro profeta”⁵⁶ e “grande intérprete das Escrituras”⁵⁷, sustentava a ressurreição de D. João IV, um instrumento de Deus, para a consagração do Quinto Império.

A propósito das trovas do Bandarra, em 1644 estas são reimpressas⁵⁸ por apoiantes de D. João IV que defendiam ser ele o Encoberto anunciado nas trovas, como se pode verificar ainda no rosto da obra onde se lê «[...] Offerecidas aos verdadeiros Portugueses, devotos do Encuberto.», frase que se repete depois no prólogo. Vejamos em que se baseiam estes partidários de D. João IV:

A este Rey Encuberto, attribue [Bandarra] seis propriedades e sinais, quais são os seguintes. O primeiro, O Rey novo he alevantado, vers. 87, dis, que he Reino novo. O segundo, que será Rey eleito, e não so por successão, verso 100, o Rey novo he escolhido, e elegido. O terceiro, que he Infante, como se lê no verso 88, Saya, Saya, esse Infante bem andante. O quarto, que se chamará Dom João, nome, de que tanto gostou o Author, que seis veses fala nelle, como se vê nos uersos 25, 38, 44, 55, 88, 93. O quinto, que terá hum irmão, bom Capitão, verso 102, Este Rey tem hum irmão Capitão. Dis ultima mente, que este Rey será acclamado e alevantado, quando se çerrarem os corenta annos, como consta do verso 87.

*Ja se cerram os Corenta,
Que se emmenta:
Por hum Doutor já passado.
O Rey novo he a levantado*

De facto todos estes sinais poderiam levar a crer em Bandarra como um profeta, afinal D. João IV foi o novo rei aclamado e escolhido pelos apoiantes, chamava-se João, tinha igualmente um irmão capitão, D. Duarte, e restituiu a independência de Portugal no final dos anos 40 do século XVII. A argumentação termina num tom místico ao associar D. João IV a instrumento da vontade de Deus:

⁵⁶ Vide J. Lúcio de Azevedo, *António Vieira. Cartas.*, vol. I, (1997), INCM, p. 469.

⁵⁷ Idem, p. 496.

⁵⁸ *Trovas do Bandarra. Apuradas e impressas, por ordem de hum grande Senhor de Portugal, 1644.*

[...] pois foi sabbado (e hauia de ser sabbado) dia septimo, em que Deos descansou da Criação do Vniuerso, como em mysterio, e em sinal, que nossas afflicções o cansaram, e que descansaua com o Rey, que naquelle dia nos deus, pera nosso descanso, a liberdade; pois o Dia em que primeiro descansou, Foi, como se sabe, Sabbado. Assi, nos restituiu o nosso legitimo Rey, Sabbado, I dia de Dezembro, mês em que cerrou o anno de 1640.

Num outro exemplo, João Salgado Araújo, além de, como já vimos, defender a ancestralidade bíblica dos portugueses, traça-lhes um ramo que nasce dos Gregos, pois Javan, filho de Jafet, segundo afirma, fundou e povoou o reino de Esparta, cujo rei Menelau esteve em Portugal e que povoou o Entre Douro e o Minho:

*Desta Semilla de Iapheth fue fundado, y poblado el Illustríssimo Reyno de Esparta en la Grecia officina de sciencias, y de valor, que por otro nombre se llamó Lacedemonia. Esparta era la corte donde Reynó el Príncipe Menelao [...] El qual Príncipe vino a Portugal despues de la guerra de Troya, donde pobló la Provincia de entre Duero y Miño.*⁵⁹

Baseia-se o autor numa interpretação muito rebuscada dos versos 262 e 263 do canto XI da *Eneida*, que cantam o desterro de Menelau para junto das colunas de Proteu. Diz Araújo que isto seria o fim do mundo, que para os autores antigos estava na Lusitânia, raciocínio que se assenta no canto IV da *Odisseia* onde Homero diz que Menelau irá para os confins do mundo (v. 563) onde sopram as brisas do Zéfiro (v. 567):

Su venida se prueba de Virgilio, quãdo dize que Menelao se desterró hasta las columnas de Protheo, para dezir, que havia llegado hasta el fin del mundo, que por tal fue siempre tenido de los antiguos el Occidente de la Lusitania, y Homero, que dize soplava, donde este Príncipe ha llegado, el viento Zepherino, que es el del Norte, que todos los autores, y Geographos antigos y modernos confiessan ser lo marítimo de

⁵⁹ Araújo, *Marte português...*, p. 82.

*Portugal desde el Rio Miño, hasta Tajo, donde dicen Plinio, Silio Italico, y Virgilio concebían las yeguas destes vientos, que los antiguos venían a descubrir.*⁶⁰

Em contraste ao praticado na época, Caramuel, frade cisterciense, compõe toda a sua argumentação no *Philippus* com base em «monumentis fidelissimis»⁶¹, «instrumentis indubitatae auctoritatis»⁶², sem recorrer às Escrituras; ou como diz no prelúdio ao leitor «haec quo magis publica, eo magis sunt infallibilia»⁶³. A História tem um papel duplo nesta obra: além de desempenhar o papel de testemunho do tempo e da memória, dela retira factos que servirão um propósito não histórico, mas um caso jurídico; cumpre assim um papel de ciência auxiliar na formulação de novos argumentos para a resolução de um problema⁶⁴, a legitimidade dos Reis Católicos.

Quando Caramuel divulgou o seu *Philippus Prudens* suscitou uma série de reacções já em pleno período de Restauração, de que podemos ver as mais relevantes e imediatas no seguinte esquema simplificado:

<i>Philippus Prudens</i> (1639)	
<i>Observations sur un livre intitulé Philippe le prudent [...]</i> (1640), anónimo.	<i>Manifesto do Reyno de Portugal</i> (1641), anónimo.
<i>Respuesta al Manifesto del Reyno de Portugal</i> (1642), Caramuel	
<i>Juan Caramuel...convencido</i> (1642), António Sousa de Macedo	

Fora publicada no ano de 1640, em Paris, ainda antes da Restauração⁶⁵, uma resposta directa à obra, *Observations sur un livre intitulé Philippe le prudent [...]*

⁶⁰ Araújo, *Marte português...*, p. 82.

⁶¹ Tradução: “documentos de grande confiança”, p. 11.

⁶² Isto é: “[...] documentos de autoridade indubitável”. *Philippus Prudens*, na sexta página do prelúdio ao leitor.

⁶³ Em linguagem: “Quanto mais são estes [documentos] públicos, mais são infalíveis”. Idem.

⁶⁴ Barrande-Azam, idem, p. 193.

(1640); já depois da aclamação do rei D. João IV surge a primeira resposta directa e oficial de Portugal, o *Manifesto* supracitado, uma das obras fundadoras e fundamentais da literatura política da Restauração, uma obra anónima que tem sido atribuída ao jurista Pais Viegas, que procura rebater o *Philippus* nos seus principais argumentos. Esta réplica inaugural é igualmente notável por sumarizar num dos seus pontos o descontentamento sentido num ambiente crescente de revolta desde a União Ibérica em 1580. Espalhar-se a castelhanização a uma velocidade vertiginosa: muitos artistas, autores e homens educados fixavam residência em Espanha; alguns dos melhores talentos que Portugal tinha para oferecer preferiam escrever na língua do império, o espanhol, enriquecendo os vários ramos das artes vizinhas; a maioria das obras literárias impressas em Portugal durante os 60 anos de domínio hispânico foram-no em castelhano, etc⁶⁶. Não se entenda com isto, todavia, que o *Manifesto* é, ao mesmo tempo, algum tipo de protesto simbólico linguístico por ser publicado em português. Veja-se, por exemplo, que em 1640 sai dos prelos *Villancicos que se cantaraõ na Capella Real d'el Rey D. Ioam nosso Senhor; o IV de Portugal. Nas Matinas da noite do Natal, este anno de 1640*, por Jorge Rodrigues, onde podemos ler nove vilancicos compostos em língua espanhola, como foram, aliás, escritas outras obras após o 1º de Dezembro de autores como Sousa de Macedo ou Manuel Fernandes Vila Real. Sentia-se sim, em suma, uma gradual perda de individualidade em Portugal, manifestando-se, desta feita, em diferentes reacções em todo o país, como as célebres Alterações de Évora de que já falámos. Além disso, esta perda de identidade ou gradual marginalização era particularmente sentida no depauperamento e ruína de um reino próspero, «em estado florecente»⁶⁷ antes da união e nos constantes prejuízos e contratempos sofridos nas províncias marítimas. Isto resulta numa repetida acusação de usurpação e má governação a Castela. Vejamos o que nos diz o autor do *Manifesto*:

Achavase Portugal em estado florecente, avendo dilatado gloriosamente seu Império em muytas partes do Oriente, e de Africa [...] o Reyno se enriquecia, e

65 Sabe-se isto porque nessa mesma obra está escrito "[...] les Portugais sont encore aujourd'huy à chercher les moyens pour rentrer en la possession de la liberté, qui leur est si chere, qu'on ne leur sçauroit laisser la vie, sans leur en laisser le desir.", in *Observations sur un livre intitulé Philippes le prudent*, p. 5.

66 Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, (2009), Lisboa, p. 282 e p. 296.

67 *Manifesto*, fól. 13B.

*augmentava [...]. A paz se conservava com toda Europa; todas as nações della contratavam em nossos portos com grandissimas utilidades suas, e nossas: nellas achavam riquezas a bons preços, com trato verdadeiro, sem extorsões; e com isso nenhuma tinha pensamento de nos ofender [...]. Tudo cessou com a união de Castella [...].*⁶⁸

Sintetizaremos mais adiante o conteúdo e propósito desta obra e de alguns dos mais importantes papéis do período da Restauração.

Também em 1641 sai ao público *Pronostico y respuesta a una pregunta de un Caballero ilustre sobre las cosas de Portugal*, em Leiden (Holanda), dedicado a Tristão de Mendonça Furtado, embaixador de D. João IV na Holanda, pelo padre Manuel de Moraes, que, por sua vez, defende a independência de Portugal depois de 60 anos sob o domínio espanhol. Pelo testemunho de Caramuel na *Respuesta*, é possível retirar que este opúsculo do padre Moraes é posterior ao *Manifesto* anónimo⁶⁹. Ainda em 1641, apesar de não serem respostas directas ao livro de Caramuel – em nenhum momento é citado o autor ou o *Philippus* –, surgem algumas reacções à polémica de sucessão e legitimação em favor do duque de Bragança, como *Portugallia siue De regis Portugalliae regnis et opibus*, pelos Elzevirianos, e *Panegyris Apologetica pro Lusitania uindicata*, em Paris, atribuído a frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo⁷⁰. As obras que posteriormente se seguem são textos retóricos que procuram impugnar o *Philippus* de Caramuel: em 1642, o frade cisterciense apressa-se a elaborar a sua *Respuesta al manifesto de Portugal*⁷¹, numa contínua acusação de falta de rigor e de credibilidade “científica” do manifesto português contra o *Philippus* e de rebeldia e traição contra o monarca legítimo⁷². O próprio autor perante as respostas «pouco claras

68 *Manifesto*, fól. 13B - 15A.

69 Em VI, 8, o último livro da obra, Caramuel escreve: “Salió, pocos dias á, un tratado de idioma Hispano-barbaro [...]. Intitulse *Pronosticoy Respuesta*[...]”, permitindo-nos concluir que esta é uma obra posterior ao *Manifesto do Reyno de Portugal*.

70 Na *Respuesta al Manifiesto del Reyno de Portugal*, no livro VI, Caramuel impugna alguns dos vários livros que saíram em defesa da subida de D. João IV ao trono, entre os quais os dois títulos supracitados.

71 Vide sobre esta obra mais adiante, p. 36.

72 Tal como se pode verificar, respectivamente, nas seguintes passagens da *Respuesta al Manifiesto*: pp. 37-39 e pp. 40-42.

e inconclusivas», considera o seu *Philippus* como um Aquiles justiceiro que espezinha os Heitores rebeldes⁷³. No mesmo ano, António de Sousa de Macedo escreve *Juan Caramuel...convencido*⁷⁴ respondendo às duas principais obras contra a independência portuguesa. A *Respuesta* teve ainda um contra-réplica redigida pelo capitão Manuel Fernandes Vila Real no ano 1643, em Paris, o *Anti-Caramuel o defença del Manifiesto del Reyno de Portugal*⁷⁵, que rebatia os argumentos genealógicos invocados. No mesmo ano saem em Lisboa o *Lusitaniae captivitas sub Philippo: Libertas e felicitas sub Joanne*, de Gaspar Pinto Correia, saudando a Restauração e a independência sob a égide de D. João IV, e o opúsculo *Manifiesto do Reyno de Portugal presentado a Santidade de Urbano VIII*, traduzido para português a partir do original italiano escrito por Pantaleão Rodrigues Pacheco (*A la Santità di Urbano VIII*⁷⁶), que, sucintamente, pretendia demonstrar ao papa e a Roma a legitimidade da Restauração e do direito de D. João IV ao trono, ao mesmo tempo que declara como injusto o período de 60 anos sob a alçada dos espanhóis.

No entanto, mais tarde, em 1645, Sousa de Macedo publica em Londres a sua *Lusitania Liberata*, obra destinada a comprovar a legitimidade de D. João IV e a usurpação dos Reis Católicos. Apesar de não ser uma resposta directa ao *Philippus*, há uma evidente réplica à estampa que Caramuel colocou como frontispício da sua obra, como o declara numa carta ao Conde da Vidigueira: «O dragão sobre o leão meo ovelha no frontespicio do livro, responde a uma semelhante estampa que Caramuel pos no seu livro *Philippus Prudens*»⁷⁷. Esta réplica assume a figura de um leão triunfante, figura que simboliza o reino de Leão, apoiado por dois anjos, a calcar um dragão, que na altura aparecia na heráldica da casa de Avis; a de Sousa de Macedo representa a figura de um dragão coroado, feroz e ameaçador, que derruba uma criatura híbrida, metade leão,

⁷³ *Respuesta al Manifiesto*, Prólogo, p. 3.

⁷⁴ Vide sobre esta obra mais adiante, p. 38.

⁷⁵ Vide sobre esta obra mais adiante, p. 39.

⁷⁶ Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca lusitana*, (1759), vol. IV, p. 690.

⁷⁷ Apud “Algumas notas sobre os papéis polémicos e apologéticos da Restauração”, in António Cruz, *Papéis da Restauração*, (1967), volume I, pp. XLIII-XLIV, n. 41.

metade ovelha, já derrotada e impotente face ao vigor militar de Portugal. As legendas em ambas as obras ilustram a simbologia⁷⁸:

Caramuel:

*Saepe reuersurus fugit Draco signa Leonis,
Saepeque restituit colla superba pedi.
Nec fugiet. Capitur iuste; defendere PRUDENS
Armatis manibus scit sua iura LEO.*

Sousa de Macedo:

*Vngue leo fisis credit tenuisse Draconem,
sed quia iustus, eum iam Draco fecit ouem.
Hoc docet exemplum, breuiter uiolenta perire,
solaque in aeternum uiuere iusta solent.*

Regredindo um pouco no tempo, encontramos mais duas reacções ao *Philippus*, são estas *Injustas sucessoens dos Reys de Leão, e de Castella e izenção de Portugal*⁷⁹, do glorioso conspirador da Restauração João Pinto Ribeiro, no ano 1642, e *Justa acclamação do serenissimo Rey e Portugal, D. João o IV*, publicado em 1644 por Francisco Velasco Gouveia. Ambas ao longo do texto justificam a aclamação do novo rei de Portugal e vão rebatendo os principais pontos defendidos por Caramuel. Ainda publicou João Pinto Ribeiro, no ano 1644, um curioso opúsculo de 35 páginas, *A acção de acclamar a elRey Dom João o IV: foy mais gloriosa, e mais digna de honra, fama, e*

78 Caramuel (tradução de André Simões, in “Leão e o Dragão no Imaginário da Restauração” in Paulo F. Alberto, Rodrigo Furtado (coord), *Quando Portugal era Reino de Leão*, (2011), p. 253): Tantas vezes fugiu ao signo de Leão o Dragão, que há-de voltar,/ e tantas vezes o pescoço soberbo restituiu ao pé:/ Não fugirá, é justamente capturado; sabe defender, Prudente,/ com mão armada os seus direitos o Leão.

Sousa de Macedo (tradução de André Simões, idem, p. 255): Pela unha achou o Leão ter apanhado o Dragão,/ mas porque é justo, já o Dragão o fez ovelha./ Isto ensina o exemplo: que rapidamente costumam morrer os violentos,/ e apenas os justos costumam viver para a eternidade.

79 Encontra-se na web a tradução que Sancio Beltrando fez da obra de Pinto Ribeiro com o seguinte título: *Anatomia delli regni di Spagna nella quale si dimostra l’origine del dominio la dilatatione delli stati la successione delle linee de suoir con la distintione della Corona di Portogallo da quelle di Leone, e di Castiglia* (1646).

remuneração, que a dos que o seguiram aclamado, onde dá provas do seu apoio e da sua lealdade a D. João IV, exaltando-o. Dá provas também da sua erudição, citando continuamente autores clássicos, entre outros, como autoridades máximas que justifiquem a legitimação que as suas próprias palavras (*magister dixit*, diríamos) tentam provar. Veja-se o que traslada do *Pro Sestio* (40) de Cícero para a capa: «Hoc sentire prudentiae est, facere fortitudinis, et sentire uero et facere perfectae cumulataeque uirtutis».

De entre os muitos títulos que se publicaram nos anos da Restauração vejamos agora os principais papéis que constituíram uma resposta directa ao *Philippus Prudens* de Juan Caramuel, porque tratá-los sem distinção seria, além de pouco pertinente para esta dissertação, um trabalho hercúleo.

A literatura política da Restauração: uma guerra de papéis

Em 1639 sai o *Philippus Prudens* dos prelos de Antuérpia e em 1641 vem a público um dos marcos da literatura de legitimação da Restauração, o polémico *Manifesto do Reyno de Portugal*. Atribuído a Pais Viegas, este manifesto constituía ao mesmo tempo a primeira reacção à obra de Caramuel:

*Obrigaram a que agora se mandasse imprimir em Anvers hum livro em nome de hum frade de Cister, que quiseram se chamasse Fr. João Caramuel, com intento de mostrar o direyto, que Philippe (a quem chamaram o Prudente) teve para se introduzir no dominio deste Reyno*⁸⁰

Chegando mesmo a refutá-lo em algumas ocasiões:

Também se funda [Caramuel] nas palavras de humas Cortes [...] que não há representação no nosso Reyno: mas enganase, porque aquelas Cortes não dizem, que se

⁸⁰ A primeira ocorrência do nome de Caramuel dá-se nas primeiras páginas do manifesto (fól. 7A e B), onde vem também mencionado o *Philippus*, acompanhado depois de uma síntese do conteúdo e da sua função.

*morrer o pymeiro filho, deyxando filhos, herde o segundo, porque se o quiseram dizer declaramno.*⁸¹

Tratava-se, como é evidente, de uma resposta dedicada à defesa do reino de Portugal e simultaneamente dirigida a Caramuel, que defendia os interesses de Castela, e a um público mais amplo, além da península Ibérica: «[...] só pretendo demonstrar verdades publicas a toda a Europa [...]»⁸², de tal maneira que ainda no mesmo ano mereceu traduções em holandês e francês⁸³. Esta réplica iniciou uma cíclica batalha de opúsculos e tratados, ou, como sugerimos no título, uma guerra de papéis em torno da legitimidade de D. João IV e dos seus direitos.

Este conflito belicoso levou ao campo de batalha juristas e diplomatas e outros homens letrados em defesa de Portugal e das suas posses territoriais aquém e além mar. Ao contrário da posterior *Relação de tudo o que se passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso Rei D. João IV* (1641), o *Manifesto* não se alonga em pormenores sobre como foi preparada a Restauração. Como vimos, pretendia confrontar o *Philippus* de Caramuel abordando, consoante a declaração do seu autor, o direito, as causas e o modo por que os portugueses se libertaram da tirania de Castela. Numa resposta a Caramuel, aludindo aos seus argumentos de que D. Afonso Henriques e D. João I usurparam a coroa portuguesa, declara:

Mas como a resposta do que toca a estes dous Reys, não possa caber na brevidade, que pede hum manifesto, reservarseá para outras obras, nas quaes se dará inteysa satisfação.

E tendo isto em conta, Pais Viegas dá asas à matéria e assina mais tarde no mesmo ano um tratado escrito em espanhol, para alcançar um maior público, intitulado *Principios del Reyno de Portugal. Con la vida y hechos de Don Alfonso Henriquez su primero Rey*, abrindo o livro primeiro com o subtítulo “[...] del estado que tenia Portugal

⁸¹ *Manifesto*, fól. 9A e B, sobre a alegada inexistência do direito de representação em Portugal.

⁸² *Manifesto*, fól. 2A.

⁸³ *Manifest van't Koninkrijk van Portugael...* e *Manifeste du royaume de Portugal par le quel se declare le droit, les causes...*, respectivamente. Também estava prevista uma tradução em latim, “porque avendo este manifesto de sair tambem em Latim [...]” (fól. 40A), que não encontramos.

quando se apartó de la corona de Leon: de la forma y realidad, com que se desmembró [...]”⁸⁴, referindo e refutando Caramuel em várias ocasiões⁸⁵ à medida que discorre sobre a legitimidade de D. Afonso Henriques à coroa.

Como já vimos noutro sítio, o autor do *Manifesto* acusa Castela de usurpação e má governação e diz dos prejuízos que advieram aos portugueses durante a governação dos Filipes, assim refutando algumas das alegações do texto de Caramuel⁸⁶. Levava esta tarefa a bom porto tocando somente em questões de direito, dividindo o seu manifesto em três breves partes: a primeira discorre sobre os direitos com que o reino de Portugal negou obediência a Castela e aclamou D. João IV rei; a parte segunda trata das causas que, além do direito, levaram os portugueses a negar obediência ao rei de Castela; a terceira explica por que meios se conseguiu Portugal libertar do jugo de Castela. Anexa, em adição, uma cópia de um papel – são as palavras do autor – em latim dirigido a Filipe II que se achou na chancelaria da Alemanha, na secretaria do Conde Palatino, do qual faz o autor tradução para a língua portuguesa. Nesta carta estão 19 aforismos interligados justificando a toma de Portugal pela espada⁸⁷ a favor de um império próspero⁸⁸ e poderoso⁸⁹, de tal maneira que pudesse enfrear os seus maiores opositores, para toda a Espanha. Acrescenta provavelmente o autor esta carta para, uma vez terminada a sua dissertação sobre as causas e o direito de separação de Espanha, e para conferir unidade ao seu discurso, demonstrar os Reis Católicos como verdadeiros usurpadores e tiranos e de como haviam conspirado contra Portugal.

De seguida, surge em 1642 a reacção ao manifesto português, a *Respuesta al manifesto de Portugal*, também pela mão de Caramuel. Para este fim, reimprimiu o texto português, apostilando-o em particular nas partes mais extensas do *Manifesto* onde

⁸⁴ *Principios del Reyno de Portugal*, fól. 1A.

⁸⁵ Por exemplo: fól. 85B-86B; 132B-136A; 144A; 148B; 202B-203A, refutando-o nos fólhos 85, 132, 134, 135, 148 e 202.

⁸⁶ Apud “Algumas notas sobre os papéis polémicos e apologéticos da Restauração”, in António Cruz, *Papéis da Restauração*, (1967), volume I, p. XXIV.

⁸⁷ *Manifesto*, fól. 40B, 4.

⁸⁸ *Manifesto*, fól. 42B, 19.

⁸⁹ *Manifesto*, fól. 40B, 5.

o autor explica o direito e as causas da separação de Espanha, em suma, por explicar a legitimidade de D. João IV e refutar as alegações do *Philippus*.

A resposta de Caramuel é uma refutação às declarações feitas no *Manifesto do Reyno de Portugal* e uma reafirmação dos direitos dos reis de Espanha à coroa portuguesa. A primeira parte baseia-se numa crítica anotada do texto. Retoma o argumento de usurpação e rebelião dos portugueses, referindo-se à quebra de juramento de fidelidade de D. João IV quando o autor do manifesto de Portugal fala de lealdade do povo português: «En el Vocabulario Portugues la traycion y rebelion se llama Lealdade»⁹⁰. Poderíamos, *pari passu*, pensar nesta acusação como um eco de um dos axiomas da argumentação espanhola, da rebelião de D. Afonso Henriques, como se aludindo a uma tradição de infidelidade aos soberanos espanhóis, que começou com o filho do conde D. Henrique. Em seguida avança com a censura ao polémico texto português, onde, em três concisas páginas, explica por que o critica. Acusa-o, por exemplo, de falta de rigor e de credibilidade “científica”, ou seja, denuncia a ausência de fontes, de documentos públicos e de grande confiança, tal como alegara o próprio Caramuel que os utilizara para a composição do seu *Philippus*, embora este “tal como” esteja subentendido, pois, como diz a boa sabedoria popular, para bom entendedor meia palavra basta: «Engañaronme verdaderamente, que esperaba muchas cosas curiosas de archivos antiquisimos»⁹¹. Diríamos com alguma ousadia que é como se Caramuel estivesse a explicar aquilo que nós hoje chamamos de “rigor científico”.

Na terceira parte do livro, examina brevemente pontos controversos do prólogo do *Manifesto*, onde volta a reafirmar a sua indignação com a desobediência, traição e rebelião contra Espanha. Prossegue depois com a fadiga de reforçar os seus anteriores argumentos no *Philippus* em seis livros, reformulando-lhe os títulos e seguindo-lhe a estrutura, declarando novamente Filipe II como o inquestionável sucessor e detentor legítimo da coroa portuguesa. Talvez o mais curioso do conjunto seja o livro VI, onde podemos ler quais e porque impugna os vários tratados que se publicaram em diferentes línguas em favor do duque de Bragança.

No entanto, e é de salientar, que na reimpressão do documento exclui Caramuel o anexo com a carta dirigida a Filipe II que consta do final do *Manifesto do Reyno de*

⁹⁰ *Respuesta*, p. 9.

⁹¹ *Respuesta*, p. 38.

Portugal, nem em algum momento a comenta. O que quer isto dizer? Não era costume de Caramuel deixar por responder uma questão manifestamente polémica, uma que parecia denunciar uma conspiração contra reino de Portugal.

Não obstante esta pequena lacuna deixada por Caramuel, apressa-se a participar neste jogo de réplica e contra-réplica António de Sousa de Macedo e contradita, num tom irónico e por vezes satírico, toda a exposição apresentada pelo frade cisterciense em defesa da legitimidade do novo rei de Portugal no seu célebre *Juan Caramuel...Convencido en su libro intitulado Philippus Prudens... Y en su respuesta al manifesto de Portugal...*, ainda no ano 1642. Logo no prólogo deste livro repreende ferozmente particularidades de estrutura e conteúdos das obras, erros de qualquer natureza e acusa Caramuel de “indecência de palavras”⁹².

Esta obra destina-se a refutar os principais títulos dos cinco livros da *Respuesta* com que Caramuel renova a argumentação do *Philippus*. Na verdade, o *Caramuel Convencido* dedica cinco partes do seu volume para os cinco títulos reivindicativos; na quarta secção acrescenta um sub-capítulo sobre os direitos que permitiam suceder a D. Catarina, excluindo Filipe II.; na quinta parte, além da destinada resposta ao livro V, Sousa de Macedo aproveita a ocasião para no final retorquir à censura feita por Caramuel no livro VI a uma carta que escrevera a José Pellizer: lado a lado, o texto censor é acompanhado pela resposta irónica e contundente do autor.

Extraí, por fim, terminada a sua demonstração de como Filipe II havia invadido Portugal, uma conclusão também ela categórica, fazendo uso de palavras que Caramuel havia usado para legitimar o rei Católico. Conclui assim Sousa de Macedo:

*Luego pudo ella [D. Catarina], y su nieto (que es lo mismo) recuperar por qualquiera camino, lo que, segun el voto dellos le estava usurpadoes consecuencia legitima, que Caramuel propuso quando el Rey Catholico tenta la possession de Portugal; no la deve negar oy, pues el derecho no se muda com las personas.*⁹³

⁹² *Convencido*, página 8 do prólogo.

⁹³ *Convencido*, p. 138

Prosseguindo com as perdas que o reino de Portugal sofreu sob a tirania dos Reis Católicos, e os prejuízos que causaram à coroa, usa de novo as palavras de Caramuel para demonstrar que o reino de Espanha devia compensar o Portugal pelos danos da usurpação: «en nuestro caso lo confiesa el Autor convencido»⁹⁴.

Não se conhece resposta a esta farpa de Sousa de Macedo, nem ao *AntiCaramuel, o defença del manifiesto del Reyno de Portugal*, do capitão Manuel Fernandes de Vila Real, de 1643, destinado a abater a *Respuesta* de Caramuel. Abrindo o livro com uma bela efígie de D. João IV, provoca no prelúdio ao leitor o autor do *Philippus*:

Puse al principio el Retrato de nuestro Serenissimo Rey que Dios guarde, para que Caramuel haga ponerle entre los demás quando imprimiere otra vez su Filipe.

O capitão Vila Real, ainda no prelúdio ao leitor, assume ter recebido o *Caramuel Convencido* de Sousa de Macedo quando iniciara a sua própria réplica ao frade cisterciense em defesa de Portugal, mas não quis deixar de prosseguir o seu trabalho já começado, não por oposição a Sousa de Macedo, mas para abrilhantar o que escrevera, seguindo as suas deliberações na sua própria defesa pelo amor que sente pela pátria.

Num discurso mais apaixonado, muito diferente dos autores que tratámos, Vila Real justifica o título da sua obra, ainda no dito prelúdio, para demonstrar a ignorância e a malícia em tudo o que refuta na resposta ao manifesto português, parecendo-lhe por isso – nas palavras do autor - adequada a inscrição tendo em conta o sujeito.

O *AntiCaramuel* do capitão Vila Real assume uma estrutura semelhante à de Sousa de Macedo, ou seja, dedica cinco livros para responder a cada um dos que constam na *Respuesta*, onde discorre sobre os mais variados temas na tentativa de provar o desprezo com que se tratara Portugal e os seus autores, bem como a ruína do reino de Espanha; a legitimidade de D. Catarina e do seu neto, D. João IV; a legitimidade do Mestre de Avis e a ilegitimidade dos Reis Católicos. Todavia, o autor prefere primeiramente repreender Caramuel numa primeira resposta que faz ao prólogo, às notas e à censura das obras do livro VI da *Respuesta*, onde o acusa repetidamente de

⁹⁴ *Convencido*, p. 139.

atreuimento, contradição, arrogância e hipocrisia. Na reacção às obras censuradas, Vila Real desvela alguns nomes dos autores anónimos que publicaram tratados em defesa da independência portuguesa, com o objectivo de demonstrar a desonra com que tratava Caramuel homens prendados e de qualidade.

Tal como fica comprovado nesta exposição, a polémica introduzida pelo *Philippus Prudens*, que relampejou com o *Manifesto*, inaugurou nos primeiros anos da Restauração as primeiras guerras, de chancelaria, na consolidação da Restauração com todos os escritos que daí resultaram, maiores e menores, nas mais variadas tipologias: histórica, jurídica, providencialista, literária, apologética, parenética, etc. Um confronto que durou quase tanto quanto as guerras militares pela independência que merece um olhar mais atento da academia.

O livro genealógico de Caramuel

O livro primeiro, como vimos, é um livro dedicado à origem, às gestas e à sucessão dos reis de Portugal. Desde o pai de D. Afonso Henriques até Filipe IV, Caramuel discorre por meio de uma descrição biográfica sobre cada um dos monarcas, faz referência a algumas das suas batalhas mais memoráveis e às construções que levaram a cabo, traça a ascendência e descendência nos seus respectivos estemas e trata, embora noutra tom quando crê pertinente, de algumas polémicas de sucessão com base em documentação continuamente citada. Inclui nesta primeira parte dois textos sobre duas soberanas consideradas santas, um muito extenso sobre a rainha Santa Isabel de Portugal e outro sobre a princesa Santa Joana de Portugal, que foi governadora do reino durante a expedição de D. Afonso V ao norte de África. Ambos os textos são escritos em honra da santidade e devoção destas duas mulheres, por toda a virtude religiosa que representaram durante a vida e na corte. No final da genealogia acrescenta uma estampa do Cardeal-Infante Fernando de Áustria, governador dos Países-Baixos e seu protector, em sua honra e homenagem pelas vitórias militares, em especial pela batalha de Nordlingen, chegando mesmo a compará-lo com Júlio César por meio desta alusão:

«Nortlingam aduenit, uidit, uicit»⁹⁵. Termina, por fim, o livro com um quadro sinóptico de todos os aspirantes à coroa portuguesa em 1578-1580, quais as razões e direitos que alegavam e em que lugar da obra trata mais aprofundadamente de cada um.

Apesar de se tratar de um livro introdutório a algumas das questões mais intrincadas do *Philippus*, Caramuel deixa no ar, para não se dispersar da tarefa biográfica, alguns assuntos declaradamente controversos, remetendo-os para mais adiante na obra, noutros casos alonga-se em polémicas, como por exemplo o de D. Afonso III, como se verá adiante na tradução, onde discute com algum pormenor a descendência do seu primeiro casamento com D. Matilde a propósito do condado de Bolonha, que reivindica para Isabel Clara Eugénia da Áustria, pois pretendia demonstrar que Margarida de Médicis não podia aspirar ao trono. Mesmo nas biografias mais pequenas e menos contestadas pelo autor, encontramos mais adiante, por meio de directrizes nelas expostas, uma maior e mais pormenorizada discussão. Por exemplo, na vida de D. Afonso Henriques diz que foi «aclamado rei pelo povo tumultuante e é depois confirmado nas Cortes de Lamego, sem autorização do rei de Leão. Se o fez validamente, demonstrá-lo-ei no Livro Segundo»⁹⁶. A partir desta mensagem já prevemos que sentença dará o autor ao primeiro monarca português: no livro para o qual nos remete tenta provar ao longo de uma extensa argumentação de sete artigos que Afonso VI, pai de D. Teresa, a mãe de D. Afonso Henriques, e os reis de Leão são os verdadeiros detentores do reino, e que por isso a aclamação de D. Afonso Henriques não passou de um acto de rebelião contra o soberano legítimo, o rei de Leão. Antecipa Caramuel ao leitor, numa reflexão que faz na margem, o desfecho desta dissertação ao usar as palavras de Lucano: «Lucanus apte: scelerique nefando nomen erit uirtus»⁹⁷.

É este o processo adoptado por Caramuel no livro primeiro da sua extensa obra: redige e conta a vida e os feitos dos reis de Portugal à medida que, em cada um, vai assinalando os pontos controversos nos quais baseará mais adiante toda a sua argumentação a favor de Filipe II e da recuperação do reino. Reunindo em si os axiomas da exposição de Caramuel, este livro serve, portanto, a função de guia introdutório, de

⁹⁵ *Philippus Prudens*, p. 91.

⁹⁶ *Philippus Prudens*, p. 17.

⁹⁷ “[Diz] Lucano oportunamente: um crime nefando será chamado de virtude”, p. 100, nota III. O verso de Lucano é trasladado de *De Bello Ciuili siue Pharsalia*, livro I, 1, vv. 667-668.

bússola para os livros seguintes. O livro genealógico inaugural do *Philippus* é a base sobre a qual se desdobra a obra, pois todos os restantes livros derivam de questões ali tratadas e remontam, em regra, para o argumento axial desta obra a que todas as disputas regressam: que a aclamação de D. Afonso Henriques não passou de uma rebelião e que os reis de Portugal são ilegítimos, ponto repetidamente sublinhado nos vários títulos; Portugal ora pertenceria aos reis de Castela por direito de recuperação, pela rebelião contra o rei de Leão, ou pertenceria por suposto direito hereditário, por meio dos descendentes de Inês de Castro. Por isso, justifica o autor no final do livro II, os reis de Leão tinham o direito legítimo de expulsar os portugueses e de levantar guerra contra eles a título de recuperação se assim entendessem. Assim, afirma, Filipe II, ainda que não fosse legítimo herdeiro, estando o cardeal D. Henrique vivo ou não, poderia invadir e tomar Portugal⁹⁸. Acrescenta Caramuel que os Reis Católicos tinham o direito de assumir como seus os reinos dos Algarves, Brasil e Índia como compensação pela rebelião do nosso primeiro rei e pelas consequentes guerras de recuperação, que ao todo durara por mais de 430 anos⁹⁹.

Por fim, pelos limites de extensão impostos por um trabalho deste género não nos foi possível traduzir além de um número definido e reduzido de páginas. Por este motivo tivemos de nos cingir a uma fracção da obra. Ainda que o *Philippus* apresente secções muito interessantes, oferece-nos também problemas muito complexos e áridos que se prendem com questões de Direito que merecem um maior e prolongado estudo para as tratar com o devido zelo. A tradução do livro primeiro e em particular da Dinastia de Borgonha, prende-se precisamente com as razões acima expostas: este livro é a introdução à problemática da sucessão, indica quais os temas que estarão em destaque ao longo da obra e, até à Dinastia de Borgonha, introduz o leitor a dois dos principais argumentos do autor: a aclamação ilegal de D. Afonso Henriques como rei e a sucessão por via da descendência de D. Pedro com Inês de Castro. Por muito convidativo que fosse prosseguir com a tradução pelo menos até D. João I, de maneira a completar e a encerrar a controvérsia em torno dos descendentes de D. Pedro I, achámos prudente limitarmo-nos à Dinastia de Borgonha e estabelecer um fio condutor lógico; decidimos respeitar as suspensões do tempo e parámos nós também no interregno.

⁹⁸ *Philippus Prudens*, p. 132-133.

⁹⁹ *Philippus Prudens*, p. 133-134.

LIVRO I GENEALÓGICO

Examina a origem, os feitos, a sucessão dos reis de Portugal a partir de documentos dignos de grande confiança.

HENRIQUE, CONDE DE PORTUGAL
VIVEU 67 ANOS¹⁰⁰. MORREU NO ANO 1112.

HENRIQUE, CONDE DE PORTUGAL¹⁰¹ E ANTEPASSADO DOS REIS

O conde D. Henrique, antepassado dos reis de Portugal. Damos ao leitor curioso a descrição da sua origem, mas de quem é filho ignoram-no muitos; e não poucos, em nada se dedicando ao assunto, em vão se esforçam em satisfazê-lo. Teixeira¹⁰² desvia-se da verdade a toda a largura do céu, os restantes a toda a largura da terra¹⁰³. Além disso, de modo a apresentar a genealogia mais comprovável que se encontra em autor anónimo, monge beneditino do Mosteiro Floriacense¹⁰⁴ em Sain-Benoît-sur-Loire, que foi contemporâneo do conde D. Henrique de Portugal, *que não pretende relatar todas as vezes que o rei Afonso travou vigorosamente batalhas contra o soldado sarraceno, nem as vitórias que contra ele obteve: esse mesmo reino na verdade que o afugentou, aquele que subjugou a excelentíssima cidade de Toledo, casara com Constança, filha do conde Roberto da Borgonha, de quem teve uma filha, a qual o rei deu como mulher ao conde Raimundo de Aisne. Tinha também o rei outra filha, mas fora do casamento; e*

Antecessores
do Conde D.
Henrique

100 Para o conde D. Henrique ter vivido 67 anos, como considera Caramuel, deveria ter nascido em 1045. No entanto, a data de nascimento do conde D. Henrique é ainda hoje incerta. Nesta época havia discussão em torno da sua origem e por isso os autores avançavam datas discordantes ou não avançavam datas de todo, como é o caso de Duarte Nunes de Leão, que aprofunda laboriosamente a questão (in *Chronica dos Reis de Portugal*, fól. 1 a 11A), e António Brandão (in *Monarchia Lusitana*, parte III, livro VIII, cap. I e II). Nem existe hoje um consenso sobre a data; apenas para citar dois dos maiores historiadores contemporâneos, José Mattoso e Joel Serrão, por exemplo, não avançam qualquer data. Tradicionalmente atribui-se o ano de natalício entre 1066-1072, por isso, em concordância com estas datas, o conde D. Henrique teria vivido durante 40 a 46 anos. No entanto, António Caetano de Sousa afirma que o conde nascera em 1035. No campo da literatura, a problemática da origem do conde D. Henrique aparece igualmente n'*Os Lusíadas* (III, 25): "Destes, Anrique (dizem que segundo/ Filho de um Rei da Hungria experimentado)/ Portugal houve sem sorte, que no mundo/ Então não era ilustre nem prezado".

101 Uniformizámos as ocorrências no texto original de *Lusitania* e *Portugallia*, traduzindo sempre por Portugal, uma vez que o emprego de ambas as designações pelo autor é aleatório. A questão era já discutida naquela época (vide Sánchez Tarrío, "Do estado de Portugal no tempo dos Leoneses segundo Fernando Oliveira", in Paulo Alberto, Rodrigo Furtado (coord.), *Quando Portugal era Reino de Leão. Quando Portugal era Reino de León*, León, 2011).

102 O autor citado trata-se de José Teixeira, e *De Portugalliae ortu, regni init Lis..compendium...* (1582) é a obra a que se refere Caramuel.

103 Procurámos manter o efeito retórico do jogo de palavras no original. O autor usou a expressão corrente nos textos desta época: "Texeira a ueritate deuia tota caelo, reliqui tota terra"

104 É o mosteiro de Fleury em Sain-Benoît-sur-Loire. Optou-se por manter a forma usada na época para mencionar o mosteiro (vide, por exemplo, Brandão, parte III, livro VIII, cap. I).

deu-a a Henrique, neto desse mesmo duque de Borgonha, e enviou-os para fazer frente aos agarenos nos confins da Espanha, isto é em Portugal.

Daqui retirarás coisa digna de nota: Constança, a mulher do rei Afonso [VI] de Castela, era irmã do pai do conde D. Henrique de Portugal e filha de Roberto [I], duque de Borgonha, neta de Roberto [II], rei de França, e bisneta de Hugo Capeto. Esta verdade, que é totalmente desconhecida dos outros historiógrafos, lança luz sobre algumas dificuldades que serão por mim expostas quando tratar do direito do Rei Católico a Navarra.

Esta é a mais verdadeira genealogia do conde D. Henrique. Aprovam-na os mais capazes cronólogos, de entre os quais, digno de não pouco louvor, Pierre Pithou nos *Annales et Historia Francorum* desde o rei Roberto I até Filipe I; Teodoro Godefroy em *De l'origine des roys de Portugal*; Jacques-Auguste de Thou, presidente do Parlamento de Paris, na *Historia sui temporis*; Prudêncio de Sandoval, bispo de Pamplona, historiógrafo do rei Filipe III; André Duchesne, geógrafo do rei de França, na *Histoire Genealogique des Ducs de Bourgogne*¹⁰⁵, e na *Histoire généalogique de la maison de Verdy*; o jesuíta António Vasconcelos nas *Anacephalaeoses actuum Regum Lusitaniae*; Cévolá e Luís de Santa-Marta, na *Histoire Généalogique de la maison de France*; e subscrevem-na praticamente todos os autores mais recentes.

Morreu Henrique na cidade de Astorga, e é sepultado na igreja de Braga. Governou os portugueses durante 23 anos. Morreu no ano 1112 com 67 anos.

Sob que condições recebeu Portugal, demonstrá-lo-ei em lugar mais adequado.

105 Caramuel sobre esta obra diz apenas “Historia Burgundiae”.

D. AFONSO, PRIMEIRO REI DE PORTUGAL.

VIVEU 91 ANOS. MORREU NO ANO 1185¹⁰⁶.

D. AFONSO I, PRIMEIRO REI DE PORTUGAL

Afonso Henriques, isto é, “filho de Henrique”, sucedeu ao pai que morreu no ano 1112. Foi nomeado duque aos 27 anos – quem o afirma é Teixeira no seu *De Portugalliae ortu compendium*¹⁰⁷, onde nada prova. Eu, para que nada permaneça de menos firme, confirmo-o a partir de um diploma de Inocêncio III, onde diz: "Além disso, como fosse o teu pai, nos tempos do nosso predecessor, o papa Alexandre [III] de feliz memória, designado com o nome de duque, etc." Este privilégio é citado por Baronio relativo ao ano 1179, tomo XII, n.º16; e por Brandão na *Monarchia Lusitana* livro X cap. X.¹⁰⁸ Não é necessário explicar se foi rei antes do papa Alexandre [III], uma vez que é sabido por todos, mas baste aquilo que já assinalei acerca do título de duque.

No campo de Ourique, onde estava prestes fazer a guerra contra Esmar¹⁰⁹ e os outros quatro reis dos sarracenos, é aclamado rei pelo povo tumultuante e é depois confirmado nas Cortes de Lamego, sem autorização do rei de Leão. Se o fez validamente, refutá-lo-ei no livro segundo. Casou com Mafalda (os castelhanos chamam-lhe Matilde), filha de Manrique de Lara, Henrique, conde de Lara, príncipe de Molina¹¹⁰, a quem os castelhanos dão o título de sereníssima, da qual teve filhos na ordem que apresenta o subsequente estema¹¹¹:

Mulher de
Afonso

106 D. Afonso Henriques nasceu em 1109 e morreu em 1185 (Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, (1992), p. 36), vivendo 76 anos e não 91 como sugere Caramuel. Terá ido buscar a cronologia a Vasconcelos, II.

107 Teixeira, fôlio 6A.

108 Brandão transcreve parte do documento citando Barónio, que o transcreve na íntegra; porém a frase citada por Caramuel apresenta uma pequena diferença em *Monarquia Lusitana* e em *Annales Ecclesiastici* que, no entanto, não compromete o autor: “Caeterum cum idem pater tuus usque ad tempora felicis memoriae Alexandri Papae praedecessoris nostri Ducis esset nomine appellatus[...]”; ao citar Barónio, é muito provável que Caramuel esteja a citar as primeiras edições dos *Annales ecclesiastici* (1588 - 1607), originalmente em 12 volumes - o último trata dos anos 1100-1193 -, de maneira que cremos estar correcta a fonte tomo XII, núm. 16, ano 1179. Na edição consultada (1880) a referência correspondente é: tomo XIX, núm. 16, ano 1179.

109 Ou Ismar (Serrão, *op.cit.*, vol. III, 347).

110 D. Mafalda era filha de Amadeu III, conde de Maurienne e de Sabóia. Segundo Brandão (*Mon. Lus.* parte III, livro X, cap. XIX) e Duarte Nunes de Leão (*Chronicas dos Reis de Portugal*, parte I, fôlios 35B e 36A) este erro de filiação já era comum nas crónicas portuguesas e espanholas, referindo-se ambos à crónica de Damião de Góis sobre D. Manuel e a vários documentos existentes na Torre do Tombo – Brandão chega mesmo a citá-los.

111 Mendonça (2009, p. 51) atribui ao primeiro casal da monarquia portuguesa sete filhos pela seguinte ordem: Henrique, Urraca, Teresa, Mafalda, D. Sancho I, João e Sancha.

D.Afonso Henrique: morreu criança. É posto [aqui] por Vasconcelos e ignorado por Teixeira.
 Urraca: mulher do rei Fernando [II] de Leão, mas é [dele] separada pelo Sumo Pontífice [Alexandre III].
 Teresa: para outros Matilde, casou com Filipe I, que foi o 17º conde da Flandres, e filho de Teodorico, conde da Flandres, e de Sibila, de quem nasceram Balduino e Henrique, imperadores de Constantinopla. Jaz esta Teresa no mosteiro de Claraval.
 D. SANCHO I: rei de Portugal; é posto neste lugar por Vasconcelos, mas em primeiro por Teixeira.
 Mafalda: mulher de Raimundo Berengário, conde de Barcelona. É posta [aqui] por Teixeira.
 Pedro Afonso: filho natural, mestre da ordem de Rodes. Morreu no ano de 1207 em Santarém. É sepultado na igreja de S. João.
 Teresa: bastarda, casou com Sancho Moniz de Sousa.

No escudo do conde D. Henrique de Portugal estava uma cruz: Afonso formou-a com cinco escudos; em cada um deles desenhou trinta dinheiros, mais tarde outros cinco. Explico a exposição hieroglífica deste símbolo no meu *Hispanum Stemma*¹¹², e assim não é necessário repetir.

112 O título original desta sua obra é bilingue, em grego e espanhol: *ἩΣΠΙΑΝΟ-ΣΘΗΜΑ: Declaracion mystica de las Armas de España, invictamente belicosas* (1636). Trata-se de uma obra de apologia místico-simbólica das armas da monarquia hispânica, dedicada ao Cardeal Infante D. Fernando de Áustria, onde, nos seus quinze capítulos, Caramuel tenta analisar meticulosamente cada um dos escudos dos reinos que constituem a monarquia espanhola - como seria de esperar, inclui Portugal na lista, uma vez que se encontrava sob o reinado dos Filipes; a exposição acerca da simbologia do escudo português estende-se desde a página 160 à 173. (vide Víctor Minguéz, “Juan Caramuel y su *Declaración Mystica*” in *Archivo Español De Arte*, (2007), LXXX, 320 , pp. 395-410). O ano desta obra coincide com a marcha do Infante e das suas tropas sobre o norte de França, após o Cerco de Louvain em 1635. Caramuel com esta declaração de defesa da Coroa de Espanha aproveita simultaneamente para fazer oposição a Richelieu, inimigo de Espanha.

D. SANCHO, SEGUNDO REI DE PORTUGAL.

VIVEU 55 ANOS. MORREU NO ANO 1212.¹¹³

D. SANCHO I, SEGUNDO REI DE PORTUGAL.

Reinou 26 anos e obteve inúmeras vitórias contra os mouros; e rodeado do seu exército triunfante, purgou a Andaluzia e chegou até Sevilha. Nasce em Coimbra no dia 11 de Novembro do ano 1154. Tomou Dulce como esposa (os portugueses chamam-lhe Aldonça), filha de Raimundo Berengário [IV], conde de Barcelona, a partir da legítima esposa Petronila, filha e herdeira do rei Ramiro [II] de Aragão, que depois se fez monge, ele que já antes o fora. Esta é a sua genealogia:

II. D. Sancho I, rei de Portugal

Teresa: mulher de Afonso [IX], rei de Leão, seu primo. Esta é separada pela autoridade do Papa, e faz-se monja da ordem de Cister no Lorvão, onde morreu muito santamente, e jazeu posta em [túmulo de] mármore até ao ano 1617, [ano] no qual o seu corpo, aberto o túmulo, foi achado incorrupto.

Mafalda: mulher de Henrique I, rei de Castela: é separada do marido por ordem do papa por motivo de consanguinidade e faz-se monja da ordem de Cister no mosteiro de Arouca perto da cidade de Lamego. Morreu a 2 de Maio do ano 1290, ilustre pelos milagres. O seu corpo é achado ainda intacto no ano 1617.

Sancha: senhora de Alenquer. Fundou Celas, mosteiro da ordem de Cister. É sepultada no Lorvão, no mosteiro da mesma ordem.

Branca: é sepultada em Coimbra.

Berenguela¹¹⁴: é sepultada jovem no Lorvão junto do pai.

III. D. AFONSO II, rei de Portugal.

¹¹³ Alguns autores citados por Caramuel corroboram a data da morte de D. Sancho I (Vasconcelos, III, 22, e Teixeira, fól. 9A); mas Serrão (*op.cit.*, vol. V, p. 439) e Duarte (2009, p. 5) dão 1211 como o ano da sua morte, à semelhança de outros autores citados por Caramuel, como Brandão (XII, c.XXXIV). Em consequência, o período do reinado oscila entre 25 e 27 anos e viveu cerca de 57 anos.

¹¹⁴ Também Berengária e Berengela são formas ocorrentes.

Fernando: casou com Joana, filha de Balduino IX, conde da Flandres e imperador de Constantinopla. Recebeu o condado da Flandres por causa da mulher. É capturado ao travar guerra contra Filipe II, rei de França, e trocou a vida pela morte em Paris, na prisão do Louvre.
 Pedro: conde de Urgel, rei das Ilhas Baleares.
 Henrique: morreu no dia do nascimento. *Teixeira*.¹¹⁵

Ilegítimos

Urraca: morreu criança.
 Martim Sanches de Portugal:
 casou com Eulália Peres, filha do conde Pedro de Lencastre.
 Teresa Sanches de Portugal:
 casou com Afonso Teles.
 Gil Sanches de Portugal:
 morreu criança.
 Rodrigo Sanches de Portugal:
 morreu criança.
 Constança Sanches: monja¹¹⁶.

Junto isto para cair nas boas graças dos astrónomos: "No ano 1199 (diz Vasconcelos na vida deste rei, núm. 10) ocorreu um prodigioso eclipse do sol, o qual, desde que há memória, foi o mais terrível que viu ou suportou o mundo. Mas uma abundante e horrenda calamidade para os homens se seguiu a tão insólito sofrimento do mundo".

Prodígio

Mas Teixeira na mesma obra, fól. 8B, diz: "No ano 1199 ocorreram muitos sinais e prodígios anteriores à desgraça de muitas cidades e praças. O eclipse da lua mergulhou durante um dia inteiro os olhos dos homens em trevas e escuridão." Porquê um dia inteiro? Não seria mais adequado uma noite inteira? Mas nem isto é possível. Que examinem os astrónomos o que falta aqui.

115 Fól. 8A.

116 Sabe-se hoje que D. Sancho I teve de D. Dulce 11 filhos (por ordem): Teresa, Sancha, Constança (morreu aos 20 anos; mas, como se pode ver, Caramuel coloca-a no grupo dos ilegítimos), Afonso (futuro D. Afonso II), Henrique (morreu ainda criança), Pedro, Fernando, Raimundo, Mafalda, Berengária e Branca.

D. AFONSO, TERCEIRO REI DE PORTUGAL.

VIVEU 48 ANOS. MORREU NO ANO 1233¹¹⁷.

D. AFONSO II, TERCEIRO REI DE PORTUGAL

Nasce em Coimbra no dia 8 das Calendas de Maio [23 de Abril], no ano 1185 do parto da Virgem. Por ser obeso foi cognominado de *o Gordo*. Conduziu bravamente muitas campanhas contra a tirania dos sarracenos, das quais existem ainda hoje ilustríssimos documentos nos arquivos régios. Casou com Urraca, filha de Afonso IX,¹¹⁸ rei de Castela, e de Leonor, filha do rei Henrique [II] de Inglaterra. O seu estema é o seguinte:

*Dom Afonso,
a quem por
sua
corpulência
chamaram o
Gordo*

III. D. Afonso II, rei de Portugal, tomou Urraca como esposa, filha de Afonso VIII, rei de Castela, e de Leonor de Inglaterra.	IV. D. SANCHE II: rei de Portugal, nascido em 1207. Morreu solteiro no ano do Senhor de 1246.
	V. D. AFONSO III: também rei de Portugal: tendo expulsado o irmão, tomou as rédeas de Portugal.
	Fernando: vulgarmente chamado <i>O Infante de Serpa</i> , casou com D. Sancha Fernandes em Castela, filha de Fernando de Lara. Bzovio refere no ano 1239 ¹¹⁹ o Infante de Serpa e Gregório IX [que] concedeu-lhe as Indulgências que outrora se concediam aos que iam à Terra Santa. Duarte Nunes sustenta que este Infante jaz em Alcobaça, ¹²⁰ mas está enganado, como demonstra Brandão em <i>Monarquia Lusitana</i> , parte IV, livro III, cap. XX ¹²¹ . Na verdade,

117 Engana-se Caramuel (tal como as suas prováveis fontes Vasconcelos, Duarte Nunes, irmãos Santa-Marta) na data da morte do monarca. Morreu, sim, em 1223 (Velo, p. 28). António Brandão explica este erro recorrente pela data inscrita na sepultura de D. Afonso II em Alcobaça (para melhor esclarecimento vide *Monarquia Lusitana*, XIII, XXVI, 4ª parte); porém, como explica, «este Epitáfio allude ao anno em que elRey foi leuado a Alcobaça, e sepultado naquele momento». Viveu, por isso, 38 anos.

118 Comete um erro: é filha de Afonso VIII, tal como corrige depois no estema. Provavelmente faz confusão entre Afonso VIII de Castela e Afonso IX de Leão, que eram coevos. Já António Caetano de Sousa comete o mesmo erro no capítulo XII do livro I, referindo-se em texto a Afonso IX e no estema a Afonso VIII, tal como Caramuel. Provavelmente Caetano de Sousa baseou-se no estema de Caramuel, ou foram ambos beber à mesma fonte.

119 Bzovio, tomo II, livro XIII, ano 1239 C.

120 Duarte Nunes de Leão, Parte I, fôl.70 B.

121 Engana-se Caramuel na localização da fonte. O referido passo está no livro XIII, capítulo XX da obra.

aquele Fernando que ali está sepultado é o filho de D. Afonso III.			
Vicente: morreu criança. É sepultado no Mosteiro de Alcobaça. Muitos questionam se não será o filho de D. Afonso III.			
Leonor: casou com o rei da Dinamarca. D. Rodrigo no livro VII c. V afirma que ela morreu sem descendência; porém está enganado, como demonstrarei mais adiante.	Um certo rei: casou com D. Leonor, a filha do infante de Serpa, como testemunha Duarte Nunes em Vida de Afonso II, fól.70 ¹²² .	Maria: casou com um certo senhor da Frísia, nobre da Dinamarca.	Ana: casou com um príncipe de Lobkowitz; dela descendem os príncipes, duques, condes e barões Lobkowitz por linha materna, e o autor deste livro.
João Afonso: jaz em Alcobaça junto à porta do cabido com o seguinte epitáfio: “Na era de 1272, dia 7 dos Idos de Outubro, João Afonso, filho de D. Afonso de ínclita recordação, terceiro rei de Portugal. Descansa em paz. Amen.”			
Ilegítimos	Afonso Martins Chichorro: assim diz Teixeira. ¹²³		
	Fernando: segundo Vasconcelos, ¹²⁴ morreu solteiro e jaz em Alcobaça.		

Existe o Real Convento da Espina pertencente à ordem de Cister, distante seis léguas de Valladolid e três de Rioseco, venerável pela religião e santidade. Situa-se entre a igreja e o cabido uma capela muitíssimo bem abobadada, duas portas que se

¹²² Fólíio 70B.

¹²³ Teixeira, fól. 9A.

¹²⁴ Vasconcelos, IV, 7.

O Convento da [Santa] Espina é fundado no ano 1143 por D. Sancha e é aumentado pelo irmão Afonso, a quem os Historiadore s chamam de Imperador das Espanhas.

abrem para o claustro, e por uma única para a igreja; aqui, erguendo-se pela altura de uma braça, estão dois sepulcros de óptimo mármore. No lado direito está um epitáfio:

LEONOR FILHA DE AFONSO III¹²⁵, REI DE PORTUGAL, MULHER DE
JAN,¹²⁶ REI DA DINAMARCA,¹²⁷ MÃE DO REI CRISTERNO.

M. P.

No epitáfio do lado esquerdo uma inscrição em letra menos gasta:

AQUI JAZ JOANA, PARENTE DA RAINHA LEONOR.
DESCANSE EM PAZ

Daqui se retira que teve Leonor um filho chamado Cristerno¹²⁸, rei da Dinamarca, ou de outra região Setentrional: daqui se retira também que está enganado o arcebispo D. Rodrigo, quando no livro VII, capítulo V afirma: "Teve igualmente" referindo-se a D. Afonso II "uma filha chamada Leonor, a qual casou com o rei da Dinamarca¹²⁹, e ali morreu sem descendência"¹³⁰. É evidente que se engana duas vezes: seja porque Leonor morreu não na Dinamarca, mas em Castela, seja ainda porque deixou descendência.

No antigo Tombo do Mosteiro, onde estão registados quase todos os documentos, encontrar-se-á no início uma descrição do antigo edifício, e no fólio 5 estas

125 Devia ler-se Afonso II

126 Em latim: *Iano Daniae Regi*. Sabe-se, no entanto, que a filha de D. Afonso II casou com Valdemar III da Dinamarca. Vide Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, volume III, (1992), p. 481.

127 O autor equivoca-se e escreve *Daciae* quando deveria escrever *Daniae*. É interessante notar que o erro ocorre antes em António Vasconcelos (IV, 7): *Vltimam Eleonoram, quam Daciae Rex habuit in matrimonio*; e em Brandão, logo no início do livro XIII da parte IV da *Monarchia Lusitana*: [...] *e no proprio anno lhe naceo a Infanta D. Lianor, a qual foy despois Rainha de Dacia* – as principais fontes de Caramuel. Segundo António Caetano de Sousa (I, XIV) este equívoco tem origem no Arcebispo Rodrigo Ximenes de Rada, em *De rebus Hispaniae*, e assim se repete ao longo dos séculos.

128 Luciano Cordeiro, no capítulo IX de *Berengela e Leonor, Rainhas da Dinamarca*, acerca da morte da infanta Leonor diz que esta morreu «quando ia assegurar por um filho a sucessão regia [...] no meio de um parto mallogrado»; portanto, além de Leonor morreu também o filho durante o parto. Diz José Barbosa, em *Catalogo Chronologico das Rainhas de Portugal*, que Cristiano é Cristerno para os Dinamarqueses, apoiando-se em doutos historiadores de renome da época quando cita: “Christianus...quem Dani more suo Christiernum appellauerunt”. A verdade é que o primeiro rei dinamarquês com esse nome, Cristiano I, apenas sobe ao trono em 1448. Para mais vide parágrafos 282-300.

129 Cf. nota 127.

130 “[...] habuit etiam filiam Alienor, que nupsit regi Dacie et ibi fuit mortua sine prole”.

palavras: "No Claustro da Lição estava sepultada Leonor, filha do rei Afonso: esta casara com o rei Jan¹³¹ da Dinamarca, e tivera como filho o rei Cristerno¹³²; como neta Maria, mulher de um senhor da Frísia, um dos nobre da Dinamarca, mãe de Ana, a qual casou com um príncipe Lobkowitz, da qual descende esta família. Construíram o novo claustro dos senhores de Albuquerque, e na capela, junto do cabido, depositaram lacrimosos os ossos das parentas Leonor e Joana."

Este antigo claustro já está destruído, e repousam ao ar livre as veneráveis relíquias dos nossos antepassados. A ganância transportou para outro lado as lápides, e as frondes selvagens, as quais a terra gera espontaneamente, ornariam os sepulcros se não fossem dadas ao gado e às bestas. Lamento, eu que o relato; corrijam os que o fazem: não deve ser tratado senão santamente o que é sagrado.

Por volta do ano 1621¹³³ presidiu ao convento em plenas funções o venerável padre D. Lourenço de Cueto, homem de suma santidade e de vida exemplar, irmão da beata Maria de Vela. Estava convencido a ponto de acreditar que esta Leonor era a mesma que aquela cujo corpo descansa no lado do altar-mor sob uma figura de mármore que segura um emblema ilustre com as seguintes palavras:

*Louvor a D.
Lourenço de
Cueto.*

DESEJADÍSSIMA LEONOR, etc.

Por este motivo retirou esses túmulos dos lugares designados, e de um fez o altar da capela que foi colocado neste mesmo claustro que está em frente da porta da igreja; do outro fez o altar de outra capela que está no lado do claustro, que está em frente ao cabido. Nisto, todavia, foi prudente, uma vez que ordenou que se conservassem as inscrições, e ainda hoje permanecem nessas lápides, embora tenham sido retiradas dos seus devidos lugares.

Retira daqui (mas não omitas outras coisas) que depois da morte do rei da Dinamarca¹³⁴, Leonor voltara para Espanha¹³⁵; não me surpreendo: uma rainha viúva

¹³¹ Cf. nota 126.

¹³² Cf. nota 128

¹³³ Barbosa assinala o ano 1624 (p. 239, 287).

¹³⁴ Cf. nota 126.

¹³⁵ De acordo com as datas avançadas por José Barbosa (*Catalogo Chronologico das Rainhas de Portugal*, p.243), Luciano Cordeiro (*Berengela e Leonor Rainhas da Dinamarca*, p. 57) e Brunn (apud Luciano Cordeiro, p. 74), D. Leonor terá morrido a Maio de 1231, e Valdemar III a Novembro 1231, sensivelmente seis meses antes da

expor-se-ia aos mais altos trabalhos e até mesmo perigos se não se refugiasse na pátria. Dou como testemunho a sereníssima rainha de França, Maria de Médicis, que embora mulher do rei, mãe de um rei justo e de duas rainhas, foi impiamente tratada por inveja e fugiu para a Bélgica, onde foi recebida como hóspede pelo Rei Católico, e mui clementissimamente.

Mas porque foi Leonor para Castela? Não seria preferível Portugal? Ou talvez a severidade do pai, ou a contenção dos irmãos, coagiram a viúva a refugiar-se junto do rei de Castela. Na verdade, os Reis Católicos já há muitos séculos são anfitriões muito benignos para as rainhas estrangeiras.¹³⁶

morte do marido. Joel Serrão (III, p. 481) apenas menciona o ano.

Segundo Bruun (idem), D. Leonor e Valdemar III estão ambos sepultados em Ringsted, e cita um excerto da obra *Scriptores Rerum Danicarum*, do livro III: “Anno Domini MCCXXXI obiit Waldemar III, filius Waldemari IV Kal. Dec. et uxor Elionara in partu sepulti ambo Ringstadis”. Acrescenta que em Ringsted, «un certain document ancien (écrit environ 1500) qui contient la liste de tous les personnages dont l'église de Ringsted renferme les tombeaux de la Reine Berengaria et de la Reine Leonora». Daqui se infere que Leonor não morreu depois do marido e nem foi para Espanha. Sobre a criança de Leonor e do rei da Dinamarca, que morreu no parto com a mãe, fala-se de um pequeno caixão de chumbo «qui contenait les ossements d'un enfant âgé environ six mois». Ergo, é impossível que Caramuel e outros Lobkowitz descendessem da família de D. Leonor. Também António de Sousa Macedo (*Genealogia Regum Portugalliae*, pp. 108-110) e José Barbosa (pp. 237-246) refutam toda esta “ficção” em torno da infanta Leonor pelo autor.

136 Argumenta Barbosa que toda esta peripécia ficcional em volta da infanta Leonor é uma «pintura regulada pela vontade», «humana fantezia ambiciosa de avós Soberanos» (*Catalogo Chronologico das Rainhas de Portugal*, pp. 240-241, parágrafo 290; vide também parágrafo 289 para o que segue); poderia ser uma estratégia encomiástica de maneira a enaltecer a corte espanhola pela grandeza da generosidade e hospitalidade por uma peregrina, além disso descendente de usurpadores de território legítimo castelhano, como argumenta Caramuel ao longo do livro, em contraste com a austera e sisuda corte portuguesa, que nem a própria filha acolhia.

D. SANCHO, QUARTO REI DE PORTUGAL.

VIVEU 38 ANOS. MORREU NO ANO 1246¹³⁷.

D. SANCHO II, QUARTO REI DE PORTUGAL.

O filho de D. Afonso II foi chamado *Capelo* por causa das vestes longas. Reinou 26 anos e nos últimos dois é deposto. Assinala-o João Vaseu na parte I, cap. XIX, António Brandão em *Monarchia Lusitana*, parte IV, a partir o capítulo XXV [livro XIV], Vasconcelos,¹³⁸ Mariz¹³⁹ e outros. Que foi deposto por ordem do papa [Inocência IV] afirma-o Teixeira no *De Portugalliae ortu* fólho 10. Eram grandes (se acreditarmos no que se diz) a preguiça e negligência de D. Sancho, e péssimas para o governo comum; por isso foi lícito ao povo, não a outros, depô-lo, mas não sem uma reunião de cortes¹⁴⁰. O irmão de D. Sancho avança para Portugal; não é admitido por D. Sancho. É reunido um exército em Castela pelo rei Fernando¹⁴¹, ele avança para a Portugal contra D. Afonso III, irmão de D. Sancho, mas, fracassado o intento, regressa a Castela.

É chamado
de Capelo
pela roupa
comprida

Perguntas se a guerra dos reis D. Sancho de Portugal e Fernando de Castela contra o rei D. Afonso III foi justa: a alguns parecia que não. Brandão refere a razão em *Monarchia Lusitana*, livro XIV, cap. XXVIII, parte IV; ou seja, que o Sumo Pontífice procedia a título subreptício e comentício, nascido de informação falsa, e perfeitamente iníqua, e que por isso estando o Pontífice isento de culpa aquela deposição era inválida, porque eram imputados a D. Sancho crimes que não cometera.

Terá sido
justa a
guerra de
Sancho e
Fernando
contra
Afonso?

Além disso, este ataque do castelhano foi justo porque D. Sancho ainda não tinha sido deposto pelas Cortes de Portugal, pois, como explica exemplarmente

¹³⁷ Serrão (*op.cit.*, vol. V, p. 443) assinala 1209-1248 como datas de nascimento e morte de D. Sancho II, vivendo cerca de 39 anos.

¹³⁸ Vasconcelos, V, 1 e 2.

¹³⁹ A obra que confirma os dados que Caramuel pretende legitimar é *Dialogos de varia historia* (1594), de Pedro de Mariz, diálogo II, capítulo X. Salientemos, no entanto, que Mariz é o único dos autores citados por Caramuel que não faz coincidir as datas de reinado de D. Sancho II; afirma que este morre no ano 1246 tendo reinado durante 22 anos e outros dois que governou o irmão no seu lugar, colidindo com os restantes autores e com a historiografia moderna, que atribui um reinado de 25 anos ao monarca e o ano 1248 como data fúnebre.

¹⁴⁰ Segundo as teorias políticas da época um rei podia ser deposto por mau governo. Caramuel deve referir-se a isso, mas afirma que essa deposição deve ser confirmada em cortes.

¹⁴¹ É possível que se trate de Fernando III de Castela, uma vez que pactuou com D. Sancho II a restituição de Chaves à coroa portuguesa (Joel Serrão, *op.cit.* vol. II, pp. 558-559). Joel Serrão, na ficha biográfica de D. Sancho II (pp. 443-445), diz apenas que D. Sancho requisitou reforços a Castela, sem nunca especificar um nome.

Vasconcelos no número 7, *difficilmente houve alguém de nascimento nobre que apoiasse as partes do conde Afonso*,¹⁴² e por essa razão considerava-se que D. Sancho resistia ao tirano invasor, e não podia de modo lícito ser subjugado (era, na verdade, uma pessoa pública, e ainda não tinha esperança de sucessão) e por isso o rei Fernando de Castela podia com justiça levar socorro ao rei D. Sancho, que justamente se defendia contra D. Afonso, que lutava injustamente.

D. Sancho casou com Mécia, filha de Lopo Dias de Haro, senhor da Cantábria. Dela não teve filhos.

<i>Mulher de Sancho</i>

¹⁴² Vasconcelos V, 7.

D. AFONSO, QUINTO REI DE PORTUGAL
VIVEU 69 ANOS. MORREU NO ANO 1279

D. AFONSO III, QUINTO REI DE PORTUGAL

Nasce em Coimbra no quinto dia de Maio de 1210, e no trigésimo sétimo ano de idade, ou seja no ano do Senhor 1247, alcança, feliz e triunfante, a coroa, embora sem título de direito ou títutlo aparente¹⁴³. Governa, estando ainda vivo D. Sancho, por dois anos. Uma tirania muito grande, contudo tolerada por muitos, pois D. Afonso, embora colocado no lugar de forma tirânica, fora legítimo herdeiro do Reino: [seria] o futuro legítimo rei dos Portugueses após a morte de D. Sancho. Casou com Matilde, Condessa de Bolonha, e, estando ela ainda viva, com Beatriz, filha de Afonso X, rei de Castela. Este matrimónio foi verdadeiramente ilegítimo, e por causa disso foi excomungado ao longo de 12 anos pelos Pontífices Máximos. Falecida Matilde, Clemente IV libertou o rei do vínculo de excomunhão e confirma o casamento. De Beatriz teve Afonso a seguinte descendência:

Mulher de
Afonso

D. AFONSO III, rei de Portugal	Afonso, senhor de Portalegre: casou com Violante, neta de Fernando III, rei de Castela, por via do filho Manuel.
	Fernando: morreu criança e é sepultado em Alcobaça.
	D. DINIS I: nasceu no ano do Senhor 1271, no sétimo dia dos Idos de Outubro ¹⁴⁴ . Casou com Isabel, filha do rei Pedro de Aragão.
	Branca: primeiro abadessa da ordem de Cister no Lorvão, depois do Mosteiro de Burgos, a que chamam <i>las</i>

¹⁴³ A *apparentia iuris*, ou princípio de aparência dos direitos, considera que a aparência se relaciona com um direito subjectivo e que, portanto, é constituída por um conjunto de factos, perceptíveis e fisicamente existentes na realidade, os quais fazem supor a existência de elementos posteriores que juntos aos primeiros compõem o caso. A aparência faz com que estes elementos, que sozinhos não teriam qualquer relevância jurídica, se tornem relevantes e produzam efeitos juridicamente relevantes. Vide Maria Valentina Delborrello, *L'apparenza giuridica*, (2011), p. 4.

¹⁴⁴ Ou seja, no dia 9 de Outubro na data da era cristã.

	<i>Huelgas</i> . Foi sepultada nesse mesmo lugar.
	Constança: morreu criança em Sevilha e é sepultada em Alcobaça.

Teve filhos ilegítimos de barregãs; Gil, do qual dificilmente achei alguma coisa digna de nota.

Bastardos do rei

Fernando Afonso de Portugal: cavaleiro Templário. Jaz na igreja de S. Domingos de Santarém, na capela dos santos Cosme e Damião.

Afonso: o qual casou com D. Maria de Ribeira.

Martim: a mãe deste foi uma africana. Dele descendem os condes de So[u]sa.

Leonor: esta casou com um conde, chamado Garcia de Sousa segundo Vasconcelos,¹⁴⁵ e segundo Teixeira chamado Gonçalo.¹⁴⁶

O rei D. Afonso rodeou o brasão lusitano com uma faixa púrpura e nele colocou os sete castelos dourados. Morre em Lisboa no ano 1279 desde o parto Virginal. Foi imposto durante dois anos e o verdadeiro rei durante 21. Portanto deteve as rédeas do reino durante 23 anos.

Se alguém quiser apoiar as partes de D. Afonso III contra D. Sancho II e declarar que D. Afonso foi o herdeiro legítimo de D. Afonso II, pois D. Sancho era filho de D. Afonso quando este ainda não era rei, e por isso deserdado em opinião verossímil, vide o que diremos mais abaixo no livro V, disputa IV do número 95 a 97. Portanto, aqui e ali, admito D. Sancho como verdadeiro rei.

QUESTÃO INCIDENTE

Se D. Afonso III teve sucessão da condessa Matilde de Bolonha.

É extremamente necessária uma resolução para este problema. Dela depende a decisão do litígio, a ser criada pela cristianíssima Rainha no livro último. Teixeira reconhece três filhos: Fernando Pedro, Roberto e Constança. São estas as palavras de Teixeira:

¹⁴⁵ VI, 8.

¹⁴⁶ Fól. 11A.

Foram gerados (ou seja, de Matilde) estes filhos:^a Fernando (também Pedro, segundo outros^b)¹⁴⁷ o qual morreu na cidade de Lisboa durante a infância, está sepultado no convento do S. Domingos, da Ordem dos Pregadores.

Roberto permaneceu com Matilde em França e sucedeu-lhe no condado. Dele têm origem e descendência a sereníssima e cristianíssima rainha Catarina de Médicis, mulher de Henrique II, rei de França, e mãe de Henrique III, rei de França e da Polónia.

Constança, que morreu ainda no berço.¹⁴⁸

Um antigo cronista de Portugal citado por António Brandão em *Monarchia Lusitana*, parte IV, livro XV, capítulo XXII, afirma que é tradição constante que Afonso tivera filhos da rainha condessa Matilde.¹⁴⁹

Fernão Lopes afirma que se diz que quando a condessa de Bolonha veio para Portugal trazia um filho que tivera do rei. Acrescenta que ele foi apreciadíssimo pelo rei D. Afonso enquanto filho, mas mais ainda enquanto soldado valoroso. Aqui este filho de Matilde casou com uma filha jovem e belíssima do Infante D. Pedro de Castela. De resto não há muito mais a dizer sobre este Infante anónimo, já que a notícia confusa não esclareceu se deixou posteridade.

Alguns consideram que Afonso Dinis, que enumerámos entre os bastardos, fora filho de Matilde. Por outro lado, se fosse, haveria muita notícia nos documentos oficiais; e por isso subscrevo António Brandão, que refere no lugar citado, que este é um dos últimos filhos de D. Afonso, ou seja, aquele a quem o Capelão Real Martim Pires educou, como também o próprio rei expôs em cláusula do seu testamento. Sobreviveu após a morte do Pai este infante ainda jovem, a quem o rei D. Dinis promoveu às

147 Acerca da nota lateral (letras A e B subscritas):

a) O tratado mencionado intitula-se *Le théâtre d'honneur et la chevalerie* (1620), escrito por André Favyn (1560 – 16??), advogado na Corte do Parlamento; todavia, é no livro VI, no capítulo “Origine du Royaume de Portugal”, ao contrário da fonte dada por Caramuel, e também por A. Sousa de Macedo (*Lusitania Liberata*, I, V, 10) e Brandão (parte IV, XV, XXII), que Favyn diz «Alphonse Troisième du nom [...] De Mahauld Comtesse de Bologne as Femme, il eut deux Fils, Ferdinand, et Robert». O tratado de Favyn está dividido em dois volumes e é composto por um total de 10 livros;

b) Com efeito, os irmãos Santa-Marta admitem dois filhos, porém apenas referem um Afonso e um Roberto, nunca um Pedro. Não consideram sequer a hipótese de um segundo marido.

148 Fól. 10A e B.

149 Brandão assume a possibilidade de que D. Afonso III tivesse descendência de D. Matilde. Ao longo da passagem sinalizada por Caramuel, Brandão vai citando autores que assumem ou rejeitam a possibilidade de prole mediante Matilde, contrabalançando-os. Entre outros, referem alguns autores que assumem um filho chamado Roberto que ficara em França e herdara da mãe, Matilde, o estado de Bolonha. Tanto Brandão como Caramuel fazem menção de André Favyn e dos irmãos Luís e Cévol de Santa-Marta, que confirmam que Roberto sucedeu à sua mãe no Condado.

a André Favyn no tratado sobre a Honra, tit. Reis de Portugal, livro XX, fól. 1020.
b Luís e Cévol de Santa-Marta em Histoire Généalogique e de la maison de France em Estirpe de Portugal; porém afirmam que estes não são filhos de Afonso, mas de outro Marido.

maiores dignidades. E finalmente constituiu-o ecónomo supremo da sua mulher, santa Isabel, e deu-lhe grandes honras.

RESOLUÇÃO

No entanto, para falar catolicamente, declaro que a rainha-condessa não teve nenhum filho.

Esta conclusão, tal como também a contrária, parecia a António Brandão comprovável, pois nenhuma das duas era demonstrada nos documentos antigos. Ainda assim a parte negativa, que eu defendo, é claramente demonstrada pelos documentos oficiais; portanto, na sentença desse mesmo Brandão não é comprovável a opinião afirmativa.

PRIMEIRA RAZÃO

Em primeiro lugar provo que Matilde não teve prole, a partir do seu testamento: nele lega ao seu marido, D. Afonso, vinte mil libras e todo o direito que tinha à soma de outras quatro mil, que lhe deviam os condes da Flandres. Neste testamento recorda Joana, que tivera do primeiro Marido, Filipe, filho de Filipe [Augusto], rei da França, e Gaucher de Chatillon, senhor de Monjoy, com quem casara essa mesma Joana. Contudo, não recorda outros; portanto, não tinha outros filhos. É evidente que de outra maneira ter-se-ia lembrado deles. Este testamento é feito no ano 1241 e é referido por Duarte Nunes na parte I das *Chronicas [dos Reis] de Portugal*,¹⁵⁰ onde refuta com eficácia a opinião oposta. Está este testamento na torre do Tombo, de acordo com o testemunho de António Brandão no lugar supracitado.

*Testamento
de Matilde*

A esta razão respondem alguns que é ineficaz pelo motivo de que após o ano 1241, em que é feito este testamento, conviveram D. Afonso e Matilde durante quatro anos. Portanto, podia então ter tido os filhos que ainda não tivera.

*Contraria-se
a resposta*

Mas esta resposta não satisfaz, pois, mudados os herdeiros, devem ser mudados os testamentos, mas este perdurou e foi executado. Portanto, os herdeiros não foram mudados; portanto não teve outros filhos que sucedessem hereditariamente.

150 Fól. 83B-85A

SEGUNDA RAZÃO

Em segundo lugar, prova-se esta mesma verdade com a carta que escreveram os nobres e os prelados portugueses a Urbano IV, na qual postulam que não sejam legitimados os filhos de Beatriz (sabiam, na verdade, os nobres desta natureza que a legitimação dos pontífices não era suficiente para que os bastardos recebessem o ceptro Lusitano), mas que absolva o rei D. Afonso da excomunhão lata, e que confirme o matrimónio do rei e de Beatriz, dispensando os impedimentos, se porventura após a morte de Matilde permanecessem. Solicitaram poder conviver simultaneamente e para e que pudessem suceder os filhos deles e serem herdeiros da coroa de Portugal. Portanto, daqui se retira que D. Afonso não teve filhos de Matilde. O povo de Portugal, na verdade, não se preocuparia com a legitimação de um sucessor se tivesse legítimos e verdadeiros sucessores do reino.

Carta ao Pontífice máximo

TERCEIRA RAZÃO

Nenhuma acção, por muito insolente que seja, foi feita em algum lugar sem aparência. Portanto, será repudiada Matilde sem direito e sem título? De maneira nenhuma. Então por que título? Pelo título de esterilidade. Eu vejo-o ser apontado por alguns. Portanto, se Matilde, por ser estéril, é repudiada por D. Afonso, por que razão se acredita que teve filhos? Este título é mais claro a partir da tradição do que das Histórias, e por isso não tem a mesma eficácia junto de todos.

A aparência nunca está presente na coisa política

QUARTA RAZÃO

Morto D. Afonso, sucedeu-lhe o rei D. Dinis no ano 1279 sem objecção, nem alguém no fórum de Marte ou no foro da consciência fez protesto. Portanto, não eram filhos de Matilde. A consequência é evidente: que poderiam defender inteiramente este seu direito e também deveriam aspirar ao reino.

Nem é suficiente dizer como Brandão que eles de facto aspiraram, mas que isto não foi registado nos escritos por negligência. Repito, não é suficiente, pois nada devemos afirmar que não seja comprovável e que conste de outras causas. E na história é pouco sério quem quer que declare os feitos dos antepassados sem o testemunho de um autor antigo.

Brandão é criticado

Sobre o que dizíamos acerca do fórum da consciência, responde Brandão acima: *Nem há para que recorrer a matérias de consciência, que já sabemos d'el Rei Dom Afonso o Terceiro, e de seu Sogro Dom Afonso o Sábio, não serem os mais escrupulosos que houve no mundo.*¹⁵¹ Ou seja: *Nec iuuat recurrere ad conscientiae materias; scimus etenim Regem Afonsum III et ipsius Socerum Alfonsum Sapientem, non fuisse totius mundi scrupulosissimos.* Muito bem. Isso já é comprovado pelo segundo matrimónio, do qual são réus tanto Afonso o Sábio, que deu Beatriz, como D. Afonso o Terceiro, que a recebeu.

Qual a consciência do rei?

Na verdade não adianta recorrer a questões de consciência contra eles, mas acrescento que D. Dinis foi de bom carácter e marido da santíssima Isabel. De que modo este rei pio com a sua santa mulher poderia deter um reino alheio? Porque é que os filhos de Matilde não aspiraram à condição de reis?

Elogio de Dinis e de Isabel

O rei D. Afonso, por outro lado, teve uma face magnificamente bela e olhos esverdeados e foi de tão grande estatura que o seu cadáver foi motivo de admiração por todos, quando o rei D. Sebastião ordenou que o túmulo do defunto fosse aberto. No entanto, a celsitude do espírito superava a grandeza do corpo. Foi, na verdade, liberalíssimo, tal como testemunham os documentos de castelos e praças respeitantes à herança Régia, os quais se conservam na torre do cartulário¹⁵² público. A sua singular prudência brilhou no governo do Reino de tal maneira que nada se podia nele apontar, se a mácula de um espírito ingrato para com Matilde não tivesse violado a verdadeira religião.

Estatura e costumes de Afonso

OUTRA QUESTÃO

Se na hipótese de D. Afonso III ter tido filhos de Matilde, a rainha cristianíssima teve origem ou desse mesmo Afonso ou de outro rei de Portugal?

Demonstrei que Matilde não teve filhos nenhuns de D. Afonso. Mas seja, admitamos que teve. O que interessa isso? Que aspirem à coroa os sucessores deles, mas não a sereníssima rainha de França, que não descende de D. Afonso nem dessa Matilde, tal como mostrará a seguinte genealogia.

¹⁵¹ *Monarchia Lusitana*, parte IV, livro XV, capítulo XXII.

¹⁵² Chartophylax, do grego “χαρτοφύλαξ”, significa à letra guarda (φύλαξ) de documentos (χαρτα). Refere-se provavelmente à torre do Tombo.

Esta é a verdadeira genealogia dos condes de Bolonha. Não vale a pena demonstrá-lo geração a geração, porque é coisa comprovada e bastante evidente. Além do mais, para não parecer que apenas suponho o que deveria provar, informo o meu cândido leitor que eu me sobrepus intencionalmente à confirmação desta genealogia. Dá-la-á, então, demonstrada o mais brevemente possível o mui reverendo D. Cristophe Butkens, meritíssimo bispo do Mosteiro de S. Salvador da Ordem de Cister de Antuérpia. É ele dotado de um felicíssimo engenho, é perpétuo nas Letras, é um investigador diligente da venerável antiguidade. Devem-lhe em Atenas uma obra ilustrada com subtilíssimo cálamo. Dever-lhe-ão os pósteros ler este livro cujo título é *Laurea Brabantiae*¹⁵³, no qual prova meticulosamente cada sucessão desta genealogia a partir de documentos oficiais e diplomas.

D. Cristophe
Butkens,
quem e qual

Todavia, demonstrarei unicamente aquelas coisas sem as quais esta questão claudicaria. Matilde, mulher de D. Afonso, rei dos portugueses, foi condessa de Bolonha. Morreu no ano 1254. Se deixou filhos e, portanto, também herdeiros, de que modo, portanto, no ano 1258 era condessa de Bolonha Maria, outrora imperatriz e mulher do imperador Otão IV, e também parente por varonia de Matilde?

Confirmação
o do intento

Poderá responder alguém ter ouvido que Maria não foi condessa de Bolonha, e que por isso tinha o título do condado, mas não a coisa, pois é costume dos alemães que todos os filhos menores tenham com o primogénito o mesmo título, e o primogénito a herança.

A explicação
é encerrada

Mas esta resposta não é suficiente para explicar a controvérsia. Demonstrarei, então, como teve Maria não apenas o título, mas também realmente a posse, no referido ano 1258.

Uma doação entre vivos não está contemplada no título de transferência da coisa, mas postula a posse legítima do património. Mas Maria, outrora imperatriz, doou a D. Henrique III, duque de Lotaríngia e de Brabante, o condado de Bolonha; portanto, não só tinha o título, mas a posse. Perguntas de onde consta que esta doação foi feita? Darei o teor formalíssimo.

¹⁵³ Christophe Butkens (1590 – 1650); a obra intitula-se *Trophees tant sacres que prophanes de la duche de Brabant* (1641).

Maria, outrora imperatriz dos romanos, saúda todos no Salvador de todos os que hão-de ver a presente carta. Queremos que a vossa universalidade saiba que nós conferimos livre e absolutamente ao nosso ilustre primo¹⁵⁴ e caríssimo príncipe Dom Henrique, duque de Lotaríngia e de Brabante, o que quer que tínhamos de direito, ou podíamos ter no condado e no estado de Bolonha, com todos os seus pertences por sucessão hereditária da morte de D. Matilde, outrora condessa do dito lugar, filha da nossa tia materna*, não reservando nada de direito para nós nesses mesmos bens, nem reclamando posteriormente, etc. Dado e registado em Arras¹⁵⁵ no mês de Fevereiro, Quinta-feira, depois da Oitava da Purificação da Bem-aventurada Virgem, no ano do Senhor 1258.

*Matertera, ou outra mãe, é irmã da mãe.

Portanto, vê-se com clareza que ao morrer Matilde não deixou prole, pois de outra forma, por sucessão hereditária da morte de D. Matilde, Maria não seria condessa de Bolonha. Esta doação não teve efeito. Era, na verdade, contra o direito de Adelaide, que devia suceder a Maria, e de facto sucedeu no ano do Senhor 1260. Adelaide, irmã de Maria, primeiro casara com Guilherme¹⁵⁶, conde de Auvérnia, e mais tarde com Arnaldo [II], senhor de Wezemal, como consta nos registos públicos, que hoje se conservam em Vilvoorde.

Então a Adelaide sucedeu o seu filho Roberto¹⁵⁷, conde de Bolonha e de Auvérnia. Deste Roberto têm origem todos os condes de Bolonha. Este é aquele Roberto de quem descende a rainha cristianíssima. Dos pré-examinados é lícito retirar duas ilações.

Em primeiro lugar, Matilde não teve prole. A razão é que após a sua morte nasceram grandes dificuldades sobre a sucessão em ambos condados, e se ela tivesse tido um filho não haveria qualquer dificuldade. O condado de Dammartin foi

Primeira ilação

¹⁵⁴ A palavra *fratruelis* significa primo. No entanto, como demonstra a genealogia que traça Caramuel o duque Henrique II era irmão de Maria; portanto, Henrique III seria sobrinho de Maria. António Caetano de Sousa em *Hist. Gen.*, I, XVI, diz que Maria «cedeu [o condado] em seu sobrinho Henrique III no ano 1250. consta da Carta de cessão». Uma vez mais, sobrinho. Engana-se, porém, na data. Na obra supracitada de Christophe Butkens, encontra-se na página 75 do anexo *Preuve des trophées de Brabant* cartas retiradas de registos e arquivos, de entre as quais a que Caramuel cita, confirmando-se assim o ano epistolar.

¹⁵⁵ Vulgo para o antigo nome latino da cidade: Attrebatum.

¹⁵⁶ Dependendo das fontes Guilherme VIII ou X. Apenas existe consenso sobre o pai, Guido II de Auvérnia. Vide Christofle Justel (1580 – 1649), *Histoire genealogique de la maison d'Auvergne* (1645), cap. XVII, e Etienne Baluze (1630-1718), *Histoire genealogique de la maison d'Auvergne* (1708), tomo I, cap. XX, tomo II, cap. XX.

¹⁵⁷ Como no caso anterior, as fontes não são consensuais, variando entre Roberto V e Roberto VI. Vide Christofle Justel, cap. XVIII, e Etienne Baluze, tomo I, cap. XXII, tomo II, cap. XXII.

adjudicado a Mateus, senhor de Trie, cuja mãe Adelaide fora irmã de Reinaldo, conde de Dammartin, pai de Matilde. O condado de Bolonha passou para Maria, outrora imperatriz, a filha da irmã de Ida, Matilde. Esta Ida fora mãe de Matilde, rainha de Portugal e condessa de Bolonha.

Em segundo lugar, retira-se que este Roberto, de quem provém a rainha cristianíssima, foi filho não de Matilde, mas de Adelaide, e por isso que a rainha de França não descende dos reis de Portugal; e finalmente que não tem direito à Coroa, mesmo se descendesse de Matilde, o que eu nego.

NOTA

Mostrei que o reino de Portugal não pertence à cristianíssima rainha a condessa Catarina, e no livro V, da página 303 a 388, demonstá-lo-ei com mais pormenor. Contudo, retira-se do que foi dito que o condado de Bolonha não pertence a Henrique IV, rei de França, mas à sereníssima Isabel Clara Eugénia, e agora não só a partir da verdade do direito, mas também através dos princípios desse mesmo Cassan, não pertence a Luís XIII, mas a Filipe IV, Rei Católico.¹⁵⁸

Desde o conde Roberto de Bolonha até à rainha Catarina de França, e também condessa de Bolonha, a sucessão é contínua, em cuja descrição concordamos espanhóis, franceses e todos os autores. Examino a genealogia na página 377, mas convém resumir algumas personalidades. Considere o estema subjacente.

ROBERTO, conde de Bolonha: filho não da rainha Matilde de Portugal, como sonham alguns autores franceses, mas de Adelaide, como mostrei na	CATARINA de Médicis, rainha de França e condessa de Bolonha: casou com o cristianíssimo rei Henrique II. Ela morreu no dia 5 de Janeiro de 1589.	Francisco II, rei de França: não foi conde de Bolonha, pois morreu no ano 1560, sobrevivendo ainda a mãe.
		Carlos IX, rei de França: não foi conde de Bolonha pela mesma razão; na verdade, morreu no ano 1574.
		Henrique III, rei de França e da Polónia, e a partir do ano 1589, no quinto dia de Janeiro, no qual a mãe morreu, também

¹⁵⁸ Jacques de Cassan (?-?), conselheiro do rei e seu primeiro advogado na sede Presidial de Béziers, refere-se a esta herança em *La Recherche des Droits du Roy et de la Couronne de France* (1634), livro I, cap. III, pp. 153-157.

página 33. Deste proveio após muitas gerações:		conde de Bolonha. Morreu nesse mesmo ano, no segundo dia de Agosto.	
		Francisco de França, duque de Anjou e de Alençon: morre no ano 1584 antes da mãe.	
		ISABEL, rainha de Espanha: mulher de Filipe II. Morreu no ano 1568.	ISABEL CLARA EUGÉNIA: mulher do arquiduque Alberto, a verdadeira condessa de Bolonha, através dos argumentos que Cassan e outros autores franceses defendem.
		Cláudia, duquesa da Lotaríngia: morre no ano 1575.	
		Rainha Margarida, mulher de Henrique IV: faleceu no ano 1615.	

Catarina de Médicis era condessa de Bolonha, e por este motivo o condado não pertenceu aos reis Francisco e Carlos de França, que morreram antes da mãe. Henrique III, rei da Polónia, sucedeu ao irmão Carlos no reino no ano 1574, e à sua mãe no início do ano 1589 no condado. Henrique III após alguns meses morre. Henrique IV é declarado rei de França. Assume ele as rédeas do reino e retém injustamente o condado de Bolonha, que pertencia a Isabel, mulher de Alberto. Diz antes: de que modo passou aquele condado a Henrique IV? Não era descendente da rainha e condessa Catarina de Médicis. Portanto, não pôde reter Bolonha a nenhum título mesmo aparente. Esta, portanto, era devida ao parente mais próximo de Catarina de Médicis. A rainha Isabel de Espanha teria sucedido em Bolonha à rainha e condessa Catarina caso tivesse sobrevivido. Politicamente sobrevivia por benefício da representação, uma vez que sobrevivia também na sua filha Isabel Clara Eugénia. Portanto, Bolonha deve pertencer à arquiduquesa Isabel da Bélgica e não a Henrique IV. Cassan e outros Franceses admitem o benefício da Representação sem qualquer limite. Portanto, se quiserem agir

sinceramente, deverão subscrever a minha opinião ou revogar o que a cada dia tagarelam contra a justíssima autoridade do Rei Católico. Bolonha é feudo de Artésia, e uma vez que Isabel morreu sem filhos Bolonha torna-se vacante para o conde de Artésia, ou seja, Filipe IV. Além disso, o feudatário, ao não haver filhos, e confirmando o senhor do feudo, pode legar o feudo. Mas Isabel legou-o a Filipe IV; o próprio Filipe IV, senhor do feudo, confirma o testamento. Não há herdeiro que reclame. Portanto, o Rei Católico Filipe de Espanha, enquanto conde de Artésia, é conde de Bolonha.

Nem adianta dizer que Luís XI se apoderou ilegalmente de Bolonha e deu o condado de Lauragais, pois esta troca não pôde ser feita sem a licença do conde de Artésia.

Nem é contra o direito do Rei Católico o testamento de Catarina de Médicis. Na verdade foi declarado injusto por esses mesmos juízes de França, por petição de Margarida, de acordo com o testemunho de Cévola e Luís de Santa-Marta, livro 10, cap. 8, pág. 664.¹⁵⁹

Portanto, consta do que foi dito que se o rei Filipe de Espanha é conde de Bolonha é também de Auvérnia; demonstrá-lo-ei mais aprofundadamente noutro lugar com a ajuda de Deus.

¹⁵⁹ Sobre o testamento de Catarina de Médicis e a petição de Margarida vide *Histoire Généalogique de la maison de France*, livro XVI, cap. V, pp. 766-771, e não como cita Caramuel.

D. DINIS, SEXTO REI DE PORTUGAL
VIVEU 64 ANOS. MORREU NO ANO 1325

D. DINIS I, SEXTO REI DE PORTUGAL

Foi cognominado o *Fabricador*¹⁶⁰, nobre por causa dos egrégios edifícios que mandou erguer no reino de Portugal. Nasceu no ano do Senhor 1271¹⁶¹, sucedeu ao pai no reino com dezanove anos de idade e reinou 46 anos. Casou com Isabel, filha de Pedro II¹⁶² de Aragão por via de Constança, filha de Manfredo, rei da Sicília e de Nápoles. Por seu lado Manfredo fora filho do imperador Frederico [II]. Darei a sua genealogia em poucas palavras.

Dinis o
Fabricador

Mulher de
Dinis

VI. D. DINIS I, rei de Portugal: a mulher foi Isabel de Aragão. Nascida no ano 1271, morreu no 4º dia das Nonas de Julho do ano 1336. Dela gerou:	VII. D. AFONSO IV: sucessor no reino de Portugal. Constança: que casou com Fernando IV, rei de Castela.
---	--

Teve de um casamento condenado Afonso Sanches, o senhor de Albuquerque, que foi ecónomo máximo na casa do pai.

Filhos
bastardos

Pedro, conde de Barcelos, casou com Branca Peres, filha do senhor de Portalegre. Este editou um livro sobre as famílias do reino de Portugal¹⁶³. É sepultado no Mosteiro de S. João de Tarouca, da Ordem de Cister.

João Afonso de Portugal¹⁶⁴,

160 O rei D. Dinis ficou conhecido para a posteridade como o *Lavrador* e como *Rei Poeta*, porém na época era conhecido por *Fabricador*, como testemunha, além de Caramuel, José Teixeira (fôl. 11B), por ter construído e reerguido muitos monumentos em Portugal, entre os mais notos a primeira Universidade portuguesa. A propósito da Universidade evoquemos um par de versos d'*Os Lusíadas* (III, 97), que cantam: “Fez primeiro em Coimbra exercitar-se/ O valeroso ofício de Minerva [...]” (Minerva, ou Atena no imaginário grego, era identificada com a actividade intelectual, pelo que facilmente podemos associá-la à fundação da universidade portuguesa); e a propósito deste cognome menos difuso de Fabricador lembremo-nos de uma outra estância (III, 98): “Nobres vilas de novo edificou,/ Fortalezas, castelos mui seguros,/ E quase o Reino todo reformou/ Com edificios grandes e altos muros:/ Mas, depois que a dura Átropos cortou/ O fio de seus dias já maduros,/ Ficou-lhe o filho, pouco obediente,/ Quarto afonso, mas forte e excelente”.

161 Assinala-se 1261 como ano genetliaco de D. Dinis. Vide Serrão *op.cit.*, vol. II, (1992), p. 299, e Santos (2009, p.6). Viveu 64 anos como assinala Caramuel, que claramente se enganou ao escrever o ano de nascimento.

162 Era filha de Pedro III de Aragão.

163 Trata-se do *Livro de linhagens* (13??).

164 Santos (2009, p. 12), diz que foi João Afonso o alferes e ecónomo/mordomo de seu pai. A título de curiosidade, António Brandão, em *Monarchia Lusitana*, XVI, c. XIX, diz que ambos foram mordomos de D. Dinis.

Fernão Sanches de Portugal,

Maria de Lacerda,¹⁶⁵

outra Maria, monja da ordem de Cister no Mosteiro S. Dinis (vulgarmente conhecido por *de Odivelas*¹⁶⁶), que o rei D. Dinis erguera desde os alicerces.

*Odivelas,
erguido por
Dinis*

Morreu na cidade de Santarém no dia 7 de Janeiro de 1325. É sepultado no Mosteiro de Odivelas.

¹⁶⁵ Trata-se de Maria Afonso I, que casou com João Afonso de Lacerda, senhor de Gibraltão.

¹⁶⁶ “de Odivellas” em português no original.

SANTA ISABEL RAINHA DE PORTUGAL
VIVEU 65 ANOS. MORREU NO ANO 1336

SANTA ISABEL, RAINHA DE PORTUGAL

Eis que surge Isabel, a quem presenteou Deus com um corpo especioso, mas com um espírito ainda mais belo.

Nasceu no ano do Senhor 1271¹⁶⁷ envolta, por todo o lado, numa cobertura* de pêlos que predizia felizes fados¹⁶⁸ (se dermos ouvidos aos astrólogos e genetlíacos). Nasce vestida para não aceitar as ricas vestes que o mundo lhe oferecia. A mãe, providente, deu à filha como tesouro roupas guardadas numa pequena caixa prateada. Divinamente banhada pelas águas lustrais despe a mácula original¹⁶⁹, veste perfeições e hábitos sobrenaturais, para ser mais nobremente conduzida para a prática quando o tempo o permitisse. Recebeu o nome Isabel não sem motivo. Na verdade, havia pouco tempo, outra Isabel tinha passado para vida melhor, ou seja, a irmã da avó paterna Violante¹⁷⁰. Ela florescera na pureza da vida, fizera o voto de castidade com o consentimento do marido ainda vivo, morrera santíssimamente iluminada por tantos milagres que foi acrescentada por Gregório IX ao número das Santas. Sobreviveu Isabel, herdeira do nome e da santidade da avó.

*Os Latinos, não chamam a integumentum “secundas” como julga Vasconcelos em Anacefaleos e 7, núm. I; na verdade, aquelas seguem perpetuamente a prole, e em Espanhol chama-se “pares”: isto raramente envolve uma criança.

Quem acharia esta forte mulher?¹⁷¹ Procuraram-na avidamente muitos príncipes na Europa, frequentaram a corte do rei Pedro [III] de Aragão, embaixadores dos reis de Inglaterra, de Nápoles e de outros. Morto, por fim, D. Afonso III em Portugal, é posto no reino D. Dinis, a quem é dada por esposa ela que fora negada a muitos. Por divino

É feita mulher de D. Dinis, rei de Portugal

¹⁶⁷ Santos (2009, p.8) alerta para a discussão que ainda hoje existe em volta do ano de nascimento de D. Isabel, que varia, segundo diz, entre 1269 e 1271.

¹⁶⁸ Encontra-se testemunho desta história no Apêndice da parte sexta da *Monarchia Lusitana*, continuada por Francisco Brandão (1601-1680), escrita em 1672, na página 496 dessa edição, pelo que é evidente que Caramuel terá consultado uma fonte diferente. Francisco Brandão, por sua vez, atenta que o documento em apêndice é trasladado «de hum liuro escrito de mão, que esta no Conuento de S. Clara de Coimbra», onde descansa o corpo da rainha. Esta obra, diz Francisco Brandão, apesar de não declarar autor é «muito proxima á morte da Santa Rainha» e tratar-se-á muito provavelmente do manuscrito atribuído a Frei Salvado Martins, confessor e testamenteiro de D. Isabel, que se intitula *Livro que fala da boa vida que fez a Raynha de Purtugal, dona Isabel, e dos seus bõos feitos e milagres em sa vida e depoy da morte*. No entanto, de acordo com alguns estudos, o manuscrito existente em Santa Clara, hoje no Museu Machado de Castro, fora escrito no tempo dos Filipes, em 1592, mas copiado de um de memória antiga, provavelmente o original, que se perdeu - para maior aprofundamento vide Nunes (1921, 3-14). Caramuel terá ido buscar esta história a uma das cópias deste manuscrito que circulava na época.

¹⁶⁹ Ou seja, baptizada.

¹⁷⁰ Trata-se de Santa Isabel da Hungria.

¹⁷¹ Livro dos Provérbios, 31:10, o chamado “Elogio da mulher exemplar”.

auspício é achada por este a que era em vão pretendida por outros. É levada para Portugal e as núpcias celebram-se em Trancoso no ano 1282, no mês de Agosto.

Para que o tempo não lhe faltasse, ela própria não faltava ao tempo. O romper da Aurora, que cheia de sono seduz outras mulheres, era para esta virtuosa mulher¹⁷² hora de levantar da cama e de ler as Matinas; devotadamente juntava com zelo as Laudes e a Prima¹⁷³. Estavam presentes sacerdotes para celebrar os diviníssimos mistérios. Tendo ouvido uma ou outra missa de joelhos, lidas as restantes Horas, regressava ao quarto. Esperavam-na criadas para a ornamentar como uma rainha. Eram próprias desta função gemas, pedras preciosas, medalhões de ouro, com que outras costumaram alimentar a vaidade. Certamente se fosse permitido pelo seu estatuto, ela andaria *μονοπέπλη*¹⁷⁴, vestida com uma só e simples veste.

Reparte o tempo estudiosa e devotadamente

Porque não viria agora à memória o exemplo daquela que tantas vezes ajudou à frágil vontade? Porque é que não recorda a mente estes dotes nos quais concebendo o carácter da santíssima Isabel, mulher de D. Dinis, conduzida pela identidade da vida e do nome de outra Isabel, princesa da Bélgica¹⁷⁵? Não considero diferente desta a filha do sapientíssimo Filipe [II], a neta do imperador Carlos [V], a mulher do arquiduque Alberto [VII - ou, simplesmente, Alberto da Áustria], a mãe dos pobres, favorecedora das letras, outrora moradora nos corações dos seus súbditos. Ela é ilustrada pela genealogia das três Isabéis, das quais qualquer uma bastaria para enobrecer pátria e sangue. Primeiro vem Isabel, irmã de Violante, sobre quem já falámos acima. Segue-a imediatamente Isabel de Aragão, coeva não no tempo, mas em todos os casos na santidade. Sucedeu a de Áustria, inferior na idade, igual na integridade dos costumes. Verás as Isabéis, da Panónia e de Aragão, renascidas na de Áustria. Tanta semelhança de costumes em cada uma delas, tão igual o discurso que se os sonhos de Pitágoras sobre a

Elogio a Isabel, mulher de Alberto

172 No original está *Virago*, que significa uma mulher de qualidades de *Vir*, homem; ou seja, uma mulher de virtude. Em português, esta mesma palavra ganhou conotação pejorativa e está associada a uma mulher masculinizada, de aspecto e modos masculinos. Por este motivo se optou pela tradução mais fiel ao sentido que o autor pretende dar.

173 Tem que ver com as Horas Canónicas, que eram as seguintes: Matinas, Laudes, Prima, Terça, Sexta, Noa, Vésperas e Completa (vide *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarca de S. Bento do Reyno de Portugal*, livro I, cap. II). A noite, tal como o dia, dividia-se em doze horas, desde as seis da tarde às seis da madrugada. As Matinas correspondiam às horas antes ao nascer do sol, seguidas das Laudes, pouco antes da alva, e a Prima ao nascer do sol (vide também Bienvenido Morros, “Las Horas Canónicas en *El Libro de Buen Amor*”, in *Anuario de Estudios Medievales*, (2004), nº 34, 1). Caramuel pretende com isto sublinhar o carácter religioso de Isabel, que madrugava, enquanto muitas madraçavam na cama, para cumprir devotada e ininterruptamente as preces da manhã.

174 Em grego no original: *monopéplê*. O sentido é explicado em seguida no próprio texto.

175 Refere-se a Isabel Clara Eugénia de Áustria, filha de Filipe II de Espanha.

palingenesia¹⁷⁶ das almas fossem admitidos, tu, cultor da doutrina de Samos¹⁷⁷, dirias que essa alma tinha transmigrado de uma para a outra. De resto, tu que és mais sábio no estudo e mais erudito na fé, em situação nenhuma deves subscrever os pitagóricos, mas admirarias nestas três Graças (entenda-se, as Isabéis) a semelhança dos costumes, e por isso elogiarias que nelas tinha habitado não o mesmo ânimo, mas o mesmo espírito. Entendo pelo nome do espírito a perfeição livre, contudo não criada, mas criadora. Na verdade, para que não lhes faltasse semelhança em alguma coisa, desprezado o luxo das vestes, guardaram fidelidade aos maridos defuntos: após a sua morte recusaram um segundo casamento; e tendo tomado o hábito seráfico¹⁷⁸, como se tivessem emitido votos, aplicaram-se numa rígida instituição.

Isabel, a mulher de D. Dinis, morreu com 65 anos de idade em 1336 do nascimento do Senhor, no 4º dia das Nonas de Julho. Sobre o cadáver desta rainha deverás ouvir o que maravilhado expus noutra lugar sobre o corpo de S. Norberto. O Verão opulento corrompe os corpos com o calor se forem destituídos de uma mente que os conserva. Aqui morreu também ela, como fosse o calor mais intenso; os corpos insepultos, não obstante, eram preservados da corrupção. Porquê? Para que soubéssemos que os corpos que não são corrompidos não tinham oprimido as almas, mas que as tinham acompanhado; para compreendermos que foram dados à glória celeste aqueles cujos corpos no mundo são gloriosos.

*Morre
Isabel: o seu
corpo
permanece
hoje
incorrupto*

Leão X, pontífice máximo da igreja de Roma, concedeu à diocese de Coimbra por instância do rei D. Manuel [I] que aquele dia em que Isabel morreu para o mundo e nasceu para o Céu fosse registado nos Fastos¹⁷⁹ e fosse celebrado com o sacrifício da missa e com a solenidade Eclesiástica. D. João III, filho do invictíssimo D. Manuel, obteve que o culto fosse estendido a outras dioceses.

Francisco de Mendonça, além de outros, prossegue em duplo discurso o elogio desta sereníssima rainha no livro VI do seu *Viridarium*¹⁸⁰, onde encontrarás muitas

176 Do grego: πάλιν + γένεσις, ou seja, nascimento de novo, renascimento. A palingenesia é a teoria pitagórica da transmigração das almas, também conhecida por metempsicose. Sucintamente, esta teoria afirma a imortalidade da alma e a viagem que faz aquando da morte do corpo; como a alma não morre desloca-se para outro corpo e ali se instala, fazendo nele renascer as suas características. Assim se explicaria, segundo o discurso de Caramuel, o espírito benévolo e virtuoso herdado de uma Isabel para outra.

177 Ou seja, cultor da teoria pitagórica, pois, segundo a tradição, Pitágoras era originário de Samos.

178 Isto é, o hábito da Ordem das Clarissas.

179 Ou seja, no calendário das festividades religiosas.

coisas que ilustrem o engenho e instruem a vontade. Li, elogiei. E por isso quis assinalá-lo aqui com uma palavrinha no caso de alguém sofrer do desejo de o ler.

180 Francisco de Mendonça (1573 – 1626) efectivamente escreveu dois elogios à rainha Santa Isabel no seu *Viridarium*, livro VI, 2-3. Trata-se de uma obra póstuma, pelo que é provável que Caramuel tenha consultado a edição de 1631/32 ou de 1635. Esta obra é dedicada a D. Teodósio II, pai de D. João IV; é curioso que Caramuel a assinale.

AFONSO, SÉTIMO REI DE PORTUGAL

VIVEU 67 ANOS¹⁸¹. MORREU NO ANO 1357

D. AFONSO IV, SÉTIMO REI DE PORTUGAL

É chamado de *o Bravo*¹⁸², em latim *Strenuus*, pelos seus feitos. Reinou durante 31 anos. Tomou por mulher Constança, filha de Fernando IV, rei de Castela, e de Constança, filha da irmã do pai de D. Dinis. Assim diz Teixeira¹⁸³, mas segundo o testemunho de Vasconcelos¹⁸⁴ casou com Beatriz, filha de Sancho IV, rei de Castela. A sua sucessão é esta:

Mulher do rei

VII. D. Afonso IV, rei de Portugal.	Afonso: morreu criança em Penela, e está sepultado em Santarém no mosteiro dos Pregadores ¹⁸⁵ .
	Dinis: morre criança e é enterrado em Alcobaça.
	João: morreu jovem e está sepultado junto do sepulcro do avô, no mosteiro da ordem de Cister dito <i>de Odivelas</i> .
	VIII. D. PEDRO I: nasceu em Coimbra no dia 13 das Calendas de Maio [19 de Abril] ¹⁸⁶ no ano 1320. Morreu em 1367; foi enterrado em Alcobaça.
	Maria: mulher de Afonso II, rei de Castela.
	Leonor: esposa de Pedro IV, rei de Aragão.

181 Viveu 66 anos. Nasceu a Fevereiro de 1291 e faleceu em Maio de 1357 (Serrão, *op.cit.*, vol. I, p. 42).

182 Em português no original.

183 Fól. 14A.

184 IX, 1.

185 É o mosteiro de S. Domingos de Santarém.

186 Santos (2009, p.6) e Serrão (*op.cit.*, vol. V, p. 32) precisam o dia 8 de Abril de 1320 como data de nascimento de D. Pedro I.

Nasceu em Coimbra no 6º dia dos Idos de Fevereiro do ano 1290¹⁸⁷. Viveu 67 anos, morreu no ano 1357 em Lisboa e é sepultado na Catedral juntamente com a mulher Beatriz¹⁸⁸.

Foi prendado com um coração generoso, mas maculou-o com o ignóbil assassinio da inocente Inês de Castro, segunda mulher do príncipe D. Pedro e, como se dizia, futura rainha.

A inocente Inês

187 Isto é, 8 de Fevereiro. Não se sabe com certeza a data de nascimento de D. Afonso IV. É norma dizer-se que terá nascido a 8 de Fevereiro de 1291, afirmam Esteves (2009, p. 3) e Serrão (vol. I, p. 41). Terá vivido 66 anos.

188 De facto, o corpo de D. Afonso IV foi sepultado com a sua mulher numa capela na Sé de Lisboa (Esteves 2009, p. 93). Apesar das constantes obras levadas a cabo na Sé, ora para alargamento da catedral, ora para sua reconstrução após o terremoto, os túmulos, refeitos depois da tragédia de 1755, de D. Afonso IV e de D. Beatriz sempre permaneceram ali. Vide Carla Varela Fernandes, “D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória”, in *Arqueologia e História*, nº58/59 (2006/2007).

D. PEDRO, OITAVO REI DE PORTUGAL
VIVEU 47 ANOS. MORREU NO ANO 1367.

D. PEDRO I, OITAVO REI DE PORTUGAL

Reputado *Severo*¹⁸⁹, por causa do grande rigor que quis preservar no direito. reinou durante 10 anos, 7 meses e 18 dias. Casou com Constança Manuel, neta do rei Afonso II de Castela por via do filho Pedro. Após a sua morte tomou como mulher legítima (como demonstro abaixo) D. Inês de Castro. Teve filhos de várias barregãs.

D. Afonso III, rei de Portugal	D. Afonso IV, rei de Portugal.	D. Pedro I, rei de Portugal.	Filhos do rei D. Pedro e de Constança: Luís: morreu criança - segundo Vasconcelos, Pedro Dinis ¹⁹⁰ ; IX. D. FERNANDO I, rei de Portugal, sucessor no reino.	
Afonso II, rei de Castela	Pedro	Constança: primeira mulher de D. Pedro.	IX. D. FERNANDO I, rei de Portugal, sucessor no reino.	Beatriz: mulher de João I, rei de Castela. Isabel: bastarda,

¹⁸⁹ Em latim no original *Seuerus*. No entanto, D. Pedro I ficou conhecido por o *Justiceiro* pelo rigor que exigia ao cumprimento das leis. A empresa vingativa que tomou em nome de Inês de Castro é um exemplo extremo desta “justiça rigorosa”.

¹⁹⁰ X, 1.

				mulher de Fernando, conde de Noronha ¹⁹¹ .
			Maria: mulher do Infante Fernando, príncipe de Aragão, Marquês de Tortosa e senhor de Alvarazim.	
			Leonor: segunda mulher de Pedro, o Cruel, rei de Aragão.	
SANCH O IV, rei de Castela.	D. Violante: filha ilegítima.	Pedro Fernandes de Castro	D. Inês de Castro: segunda mulher de D. Pedro.	De Inês de Castro: Afonso: morreu criança.
				João de Portugal.
				Dinis de Portugal.
				Beatriz de Portugal:

¹⁹¹ Isabel foi, na verdade, casada com Afonso, conde de Gijón e de Noronha, como o próprio autor indica mais abaixo no estema sito na biografia de D. Fernando. Autores como António Caetano de Sousa (tomo I, livro II, cap. II e IX, p. 295 e 427, respectivamente), Duarte Nunes (na primeira parte das *Chronicas*, capítulo sobre D. Fernando, fôlios 208B e 210A) e Esteban de Garibay (*Los XL libros del compendio historial*, livro XXXIV, cap. 38) dão conta desta ocorrência.

	mulher de Sancho, senhor de Albuquerque, filho bastardo de Afonso [XI], rei de Castela; dela descendem os Reis Católicos.
--	---

D. Pedro, além destes, teve um filho ilegítimo de nome João, o Mestre de Avis, e posteriormente rei.

Que o casamento de D. Pedro e D. Inês foi legítimo prová-lo-ei mais abaixo.

Morreu D. Pedro I na praça de nome *Estremoz*, no dia 18 de Janeiro no ano 1367¹⁹² desde o parto da Virgem. O seu corpo foi posto com¹⁹³ os ossos da sua Inês e sepultado no mosteiro de Alcobaça da Ordem de Cister.

Morte de D.
Pedro

¹⁹² No original, por equívoco, 1267.

¹⁹³ O latim, no original, tem *coniunctum est*, ou seja, a mesma raiz de *coniugium*. O autor está deliberadamente a sugerir um casamento.

FERNANDO, NONO REI DE PORTUGAL.

VIVEU 44 ANOS. MORREU NO ANO 1383.

D. FERNANDO I, NONO REI DE PORTUGAL

Nasce em Coimbra no ano do Senhor de 1340¹⁹⁴. Reinou durante 26 anos e 9 meses¹⁹⁵. Tomou como esposa a portuguesa Leonor Teles de Meneses. Darei [em seguida] a genealogia.

Mulher do rei

IX. D. FERNANDO I	Afonso: morreu criança.
	Beatriz: que casou com o João I, rei de Castela
	Um infante que morreu à nascença.
	Isabel: filha natural, que o conde Afonso de Gijón, filho do rei Henrique [II] de Castela, tomou como esposa.

Até Fernando ter tomado as rédeas do Reino de Portugal, o seu irmão, o Infante D. João, Mestre de Avis (que é por Teixeira, fól. 16, declarado erradamente herdeiro do Reino, já que era ilegítimo), persuadido pela astúcia da rainha D. Leonor acreditou levianamente que a sua mulher era adúltera, e na cidade de Coimbra matou-a com violência¹⁹⁶. Foi opinião constante junto dos nobres de renome que ela fora inocente e injustamente assassinada, uma vez que na opinião de todos tinha conservado a castidade e a integridade de vida. Mas qual a causa deste assassinato? Como consideram muitos, a rainha organizou as coisas de modo a que, morta a mulher de D. João, ou ela (se morresse D. Fernando, que era desgraçadamente atacado por uma saúde adversa) ou, pelo menos, a sua filha Beatriz casasse com João [de Castela]. Na verdade, a mulher

Mulher de D. João assassinada

Causa do assassinato

¹⁹⁴ De acordo com Martins (2009, p. 7) e Serrão (vol. II, p. 550), D. Fernando nasceu em 1345 e morreu em 1383. Logo, viveu 37/38 anos e não 44 como sugere a inscrição da estampa.

¹⁹⁵ D. Fernando subiu ao trono em 1367 e morreu a 22 de Outubro de 1383. Reinou sensivelmente durante 16 anos.

¹⁹⁶ Caramuel comete aqui um erro. Quem matou a própria mulher foi o irmão do Mestre de Avis, o infante D. João, filho de D. Pedro com D. Inês de Castro, que era casado com Maria Teles de Meneses. Segundo Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues «apunhalou a mulher, varando-lhe o coração», in *Portugal: diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico*, volume III, (1907), pp. 1055-1056; o sucedido confirma-o também Joel Serrão (*op.cit.* vol. III p. 379). António de Sousa de Macedo denunciara já este erro no prólogo do seu *Juan Caramuel...Convencido*.

previdente sabia antecipadamente que João governaria o reino, e por isso propôs-lhe unir-se a si ou à sua filha.

Morreu D. Fernando na cidade de Lisboa no dia 20 de Outubro do ano 1383 e é sepultado no convento de S. Francisco de Santarém, junto das cinzas de Constança [Manuel, sua mãe].

*Morte de
Fernando*

O rei João I de Castela tenta suceder a D. Fernando, em razão da sua mulher D. Beatriz, filha de D. Fernando. Se o fez ilegitimamente demonstrá-lo-ei depois de forma mais aprofundada.¹⁹⁷

*Garibay,
Parte 4,
livro 34,
cap. 39;
Teixeira, fól.
16 a.*

¹⁹⁷ Acerca da nota lateral: o primeiro autor trata-se de Esteban de Garibay y Zamalloa (1533-1599/60?), um historiador espanhol, e a fonte citada *Los XL libros del Compendio Historial* (1571). A obra foi escrita em 1556 e 1566, mas apenas publicada entre 1570 e 1572. Chegou à corte durante o reinado de Filipe II de Espanha, o Prudente, e foi nomeado seu cronista oficial em 1592.

Conclusão

A importância da obra de Caramuel é plurifacetada: permite-nos o acesso, embora limitado devido a questões linguísticas, a um documento incontornável para o entendimento do período pré e pós-Restauração, entre o 1º de Dezembro de 1640 e a paz de 1668, e o estudo mais aprofundado de um dos mais importantes períodos da História nacional, possibilitando, ainda, dar a conhecer à história quais os motivos de reivindicação da Espanha e quais as polémicas que advieram com este documento, como vimos acima. É desolador consultar o catálogos da Biblioteca Nacional e da Biblioteca da Ajuda e depararmos com a quantidade abismal de impressos ou manuscritos desta altura que ainda não tiveram uma linha estudada ou traduzida. A limitação é evidente: não saber latim. Ou saber ainda menos. A limitação a que está circunscrita o latim é forçada pela forma como se encara o seu estudo, geralmente definida pela interrogação sobre qual a utilidade de aprender uma língua morta. É desapontante esta perspectiva utilitária que tudo reduz a números com que se tem encarado e se encara o percurso formativo de um indivíduo. As consequências são devastadoras: um domínio fraco das estruturas gramaticais da língua materna, que poderá condicionar o sucesso nas restantes áreas, uma produção escrita defeituosa e descuidada; e em consequência disso, graves lacunas na compreensão e interpretação de textos complexos, etc. É um erro olhar para o latim como uma mera ferramenta das Humanidades. O autor estudado nesta dissertação é um exemplo entre vários da pluralidade de matérias desenvolvidas através da língua latina. No espólio de Juan Caramuel existem, por exemplo, tratados de Astrologia e Matemática à espera de um cabal entendimento pelas devidas mãos. À custa disto, estão muitas obras à espera de um dia virem a conhecer a luz do dia.

Voltemos ao *Philippus*. Tratando-se este de uma obra inédita, modernamente falando, sem tradução em qualquer língua vernácula, com um discurso manifestamente Humanista, e cingindo-se a assuntos nacionais, permite aprofundar, simultaneamente, os estudos de uma área ainda com tanto por fecundar, como é a do Humanismo português, e alcançar um melhor entendimento de uma parte muito significativa da literatura justificativa da Restauração. Na verdade, o único motivo que impede uma melhor compreensão deste período, como dissemos, é o latim e o gradual esquecimento em que

caiu. Poder-se-ia aplicar o mesmo raciocínio sobre outros marcos da literatura da Restauração, como a *Lusitania Liberata*, de Sousa de Macedo, ou a *Lusitaniae captivitas sub Philippo: Libertas e felicitas sub Joanne*, de Gaspar Pinto Correia, gotas num oceano de opúsculos e tratados interrelacionados, de maneira a retirar ilações sobre qual o estado actual e futuro que queremos do nosso património cultural. A Restauração não se reduz a entrada triunfante de D. João IV em Portugal. Esta foi apenas a consagração de todo um processo que redundou no restauro português; ainda há muito por descobrir e traduzir.

Bibliografia

Fontes:

- Anónimo, *Observations sur un livre intitulé Philippes le prudent, fils de Charles de Quint, verifié Roy legitime de Portugal, des Algarues, des Indes & du Bresil...*, (1640), Paris;
- Barónio, César, *Annales Ecclesiastici*, (1588-1607), Roma;
- Brandão, António, *Monarchia Lusitana*, partes III-IV (1632), Lisboa;
- Brandão, Francisco, *Monarchia Lusitana*, parte VI, (1672), Lisboa;
- Bzowski, Abraham, *Historiae Ecclesiasticae*, (1617), Colónia;
- Cassan, Jacques, *La Recherche des Droits du Roy et de la Couronne de France* (1634), Paris;
- Cristofle, Justel, *Histoire genealogique de la maison d'Auvergne*, (1645), Paris;
- Duchesne, André, *Histoire généalogique de la maison de Verdy*, (1625), Paris;
- Duchesne, André, *Histoire Genealogique Des Ducs De Bourgogne De La Maison De France*, (1628), Paris;
- Erdeman, Humanus, *Anti-Caramuel siue examen et refutatio disputationes theologico-politicae*, 1648;
- Favyn, André, *Le théâtre d'honneur et de chevalerie, ou l'histoire des ordres militaires...*, (1620), Paris;
- Garibay, Esteban de, *Los XL libros del compendio historial*, (1571), Barcelona;
- Godefroy, Théodore, *De l'origine des roys de Portugal yssus en ligne masculine de la maison de France qui regne aujourd'huy*, (1612), Paris;
- Góis, Damião de, *Lenda da Rainha Dona Isabel*, (1548-1557), Lisboa;
- Gouveia, Francisco Velasco, *Justa aclamação do serenissimo Rey e Portugal, D. João o IV*, (1644), Lisboa;
- Leão, Duarte Nunes de, *Chronicas dos reis de Portugal*, (1600), Lisboa;
- Lobkowitz, Juan Caramuel, *Architectura civil recta y obliqua*, (1678), Vigevano;
- Lobkowitz, Juan Caramuel, *Philippus Prudens*, (1639), Antuérpia;
- Lobkowitz, Juan Caramuel, *Rationalis et realis philosophia*, (1642), Lovaina;

- Lobkowitz, Juan Caramuel, *Respuesta al manifesto del Reyno de Portugal*, (1642), Antuérpia;
- Lobkowitz, Juan Caramuel, *Apparatus philosophicus*, (1657), Colónia;
- Lobkowitz, Juan Caramuel, *Theologia rationalis*, (1654), Frankfurt;
- Lobkowitz, Juan Caramuel, *Herculis labores tres*, (1655), Frankfurt;
- Lobkowitz, Juan Caramuel, *Mathesis Biceps uetus et noua*, (1670), Campania;
- Lobkowitz, Juan Caramuel, *Theologia moralis fundamentalis*, (1652), Frankfurt;
- Macedo, António de Sousa, *Genealogia Regum Lusitaniae*, (1643), Londres;
- Macedo, António de Sousa, *Juan Caramuel...Convencido*, (1642), Londres;
- Mariz, Pedro de, *Dialogos de varia historia*, (1594), Coimbra;
- Mendonça, Francisco de, *Viridarium*, (1631), Lisboa;
- Monnier, Guillelmo de (ed.), *Trovas do Bandarra*, (1644), Nantes;
- Ordem de São Bento, *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarca de S. Bento do Reyno de Portugal*, (1647), Coimbra;
- Pithou, Pierre, *Annalium et historiae Francorum*, (1588), Paris;
- Ribeiro, João Pinto, *Anatomia delli regni di Spagna nella quale si dimostra l'origine del dominio la dilatatione delli stati la sucessione delle linee de suoire con la distintione della Corona di Portogallo da quelle di Leone, e di Castiglia*, (1646), Lisboa, trad. Sancio Beltrando;
- Ribeiro, João Pinto, *A acção de acclamar a elRey Dom João o IV: foy mais gloriosa, e mais digna de honra, fama, e remuneração, que a dos que o seguiram aclamado*, (1644), Lisboa;
- Sainte-Marthe, Louis e Scévole, *Histoire Généalogique de la maison de France*, (1647), Paris;
- Teixeira, José, *De Portugalliae ortu, regni initiis*, (1582), Paris;
- Thou, Jacques Auguste de, *Historiae sui temporis*, (1606), Paris;
- Vasconcelos, António de, *Anacephalaeoses id est, summa capita actorum Regum Lusitaniae* (1621), Antuérpia;
- Vaseu, João, *Chronici rerum memorabiliam Hispaniae*, (1552), Salamanca;
- Viegas, António Pais (?), *Manifesto do Reyno de Portugal*, (1641), Lisboa;

- Viegas, António Pais, *Principios del Reyno de Portugal. Con la vida y hechos de Don Alfonso Henriquez su primero Rey* (1641);
- Vila Real, Manuel Fernandes, *Anticaramuel o defença del manifesto del reyno de Portugal*, (1643), Paris;

Estudos

- Angelelli, Ignacio, “Ioannes Caramuel Lobkowitz: nota bibliográfica”, in *Aporía*, 3, Chile, 2012;
- Azevedo, J. Lúcio de, *António Vieira. Cartas.*, vol. I, (1997), INCM, Lisboa.
- Baluze, Etienne, *Histoire genealogique de la maison d'Auvergne*, (1708), Paris;
- Barbosa, José, *Catalogo Chronologico das Rainhas de Portugal*, (1727), Lisboa;
- Barrande-Azam, Anne-Marie, “«Haec quo magis publica, eo magis sunt infallibilia»: la validité des preuves historiques dans le *Philippus Prudens* et la *Pax licita* de Caramuel” in Petr Dvořák e Jacob Schmutz (coord.), *Juan Caramuel Lobkowitz : The Last Scholastic Polymath*, (2008), Praga;
- Bellazzi, Pietro, “Por Don Ivan Caramuel”, in *Raccolte del Covile: Omaggio a Juan Caramuel y Lobkowitz*, Florença, 2011;
- Buján, Carlos Pena, *La Architectura civil recta y obliqua de Juan Caramuel de Lobkowitz en el contexto de la Teoría de la Arquitectura del siglo XVII*, (2007), Universidad de Santiago de Compostela;
- Campo, Lorenzo Velázquez, “Estudio Preliminar” in Juan de Caramuel, *Gramática Audaz*, Pamplona, 2001;
- Camões, Luís Vaz de, *Os Lusíadas*, (2002), Ulisseia, Lisboa;
- Cordeiro, Luciano, *Berengela e Leonor Rainhas da Dinamarca*, (1984), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa;
- Duarte, Luís Miguel, *D. Sancho I: o Povoador*, (2009), Lisboa;
- Esteves, Julieta, *D. Afonso IV: o Bravo*, (2009), Lisboa;
- Feijoo, Benito Jerónimo, *Teatro crítico universal*, (1730), tomo IV, Madrid;
- Fernandes, Carla Varela, “D. Afonso IV e a Sé de Lisboa. A escolha de um lugar de memória”, in *Arqueologia e História*, (2006/2007), nº58/59;
- González, Justo L., *Essential Theological Terms*, (2005), Kentucky;

- Hebermann, Charles G., *The Catholic Encyclopaedia*, (1913);
- Jaumann, Herbert, *Handbuch Gelehrtenkultur der Frühen Neuzeit: Bio-bibliographisches Repertorium*, (2004), Berlin;
- Jiménez de Rada, Rodrigo, *De rebus Hispanie, siue, Historia Gothica/ cura et studio Juan Fernández Valverde*, (1987), Turnholt:Brepols, Sevilha;
- Leite, Fernando Barros, *O Rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel*, (1993), Coimbra;
- Lillich, Meredith P., *Rainbow like an emerald: Stained Glass in Lorraine in the Thirteenth and Early Fourteenth Centuries*, (1991), EUA;
- Lombrana, Juan Velarde, “Caramuel en Alemania y Austria” in *Azafra*, nº1, Salamanca, 1985;
- Lombrana, Juan Velarde, “La filosofía de Juan Caramuel” in *El Basilisco*, nº15, Oviedo, 1983;
- Lombrana, Juan Velarde, “Juan Caramuel en el panorama cultural europeo del siglo XVII” in *Cuadernos Salmantinos de Filosofía*, nº12, Salamanca, 1985;
- Lombrana, Juan Velarde, *Juan Caramuel: vida y obra*, (1989), Oviedo.
- Lombrana, Juan Velarde, “Juan Caramuel y la ciencia moderna” in *Actas del I Congreso de Teoría y Metodología de las Ciencias*, Oviedo, 1982;
- Marques, Maria Alegria Fernandes, *D. Afonso III: o Bolonhês*, (2009), Lisboa;
- Martins, Armando Alberto, *D. Fernando: o Formoso*, (2009), Lisboa;
- Mendonça, Manuel, *D. Afonso Henriques: o Conquistador*, (2009), Lisboa;
- Marques, A.H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, (2006), Lisboa;
- Minguéz, Victor, “Juan Caramuel y su *Declaración Mystica*” in *Archivo Español De Arte*, (2007), LXXX, 320.
- Moya, María I. Rodriguez, “Caramuel, Felipe IV y Portugal: genealogía e imagen dinástica en el contexto de la pérdida del Reino”, in *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano*, Ouro Preto, 2006;
- Nunes, José Joaquim, *Vida e milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal: texto do século XIV, restituído à sua presumível forma primitiva, e acompanhado de notas explicativas*, (1921), Coimbra;

- Paraiso, Isabel, "Prologo", in *Primer Cálamo de Juan Caramuel II: Ritmica*, Valladolid, pp. 7-14.
- Paternicò, Luisa M., "Martino Martini e Juan Caramuel y Lobkowitz: la grammatica linguae sinensis", in *Studi Trentini di Scienze storiche*, Trento, 2008;
- Tarrío, Ana María Sánchez, "Do estado de Portugal no tempo dos Leoneses segundo Fernando Oliveira", in Paulo Alberto, Rodrigo Furtado (coord.), *Quando Portugal era Reino de Leão. Cuando Portugal era Reino de León*, León, 2011;
- Santos, Maria José Azevedo, *D. Dinis: o Lavrador*, (2009), Lisboa;
- Santos, Maria José Azevedo, *D. Isabel de Aragão: Rainha Santa*, (2011), Lisboa;
- Santos, Cândido dos, *O Jansenismo em Portugal*, (2007), Porto;
- Santos, Maria José Azevedo, *D. Pedro I: o Justiceiro*, (2009), Lisboa;
- Serrão, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, (1992 – 2000), Lisboa;
- Simões, André, *Sedes apostolica iustitiam faciet: Portugal restaurado no Arquivo Secreto Vaticano*, (2011), Lisboa;
- Simões, André, "O Leão e o Dragão no Imaginário da Restauração", in Paulo Alberto, Rodrigo Furtado (coord.), *Quando Portugal era Reino de Leão. Cuando Portugal era Reino de León*, León, 2011;
- Sousa, António Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, (1735), Lisboa;
- Tadisi, Jacopo, *Memorie della vita di monsignore Giovanni Caramuel di Lobkowitz vescovo di Vigevano*, (1740), Veneza;
- Varandas, José, *D. Sancho II: o Capelo*, (2009), Lisboa;
- Veloso, Maria Teresa Nobre, *D. Afonso II: o Gordo*, (2009), Lisboa;
- Universidad de Barcelona (España), Instituto de Historia Medieval de España, *Anuario de Estudios Medievales*, (2004), Barcelona;